



INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO/EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2021

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE MONTALVÂNIA/MG**, Pessoa jurídica de Direito Público Interno, com sede Administrativa na Avenida Confúcio, nº 1.150 – Centro – Montalvânia/MG, inscrito no CNPJ sob o Nº 17.097.791/0001-12, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Fredson Lopes França, torna público que realizará procedimento de licitação nº 014/2021, modalidade, **Pregão Presencial para Registro de Preços, tipo menor preço**, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e alterações, em observância ao disposto no Decreto Municipal nº 021, de 29 de dezembro de 2006, que regulamenta os procedimentos de pregão no âmbito municipal, de acordo com os termos estabelecido no Decreto Municipal nº 046/2017, que dispõe sobre registro de preços, o qual foi elaborado em observância ao disposto no Decreto Federal nº 7.892/13, e em observância ainda o disposto nos artigos (43, 44 e 45) todos da Lei Complementar nº: 123/06 e alterações, e de acordo com as condições estabelecidas no presente instrumento convocatório, e seus anexos. Os envelopes contendo a proposta comercial e documentação de habilitação, serão recebidos em sessão pública **às 08h00min do dia 21/06/2021**, na sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal, situada na, Avenida Confúcio, nº 1.150, centro, nesta cidade, tel.: (38) 3614-1537 / 3614-1429 / 3614-1007, oportunidade em que serão examinados. O pregão será realizado pelo Pregoeiro oficial, ou substituto designado pela Portaria nº. 002, de 04.01.2021.

1. OBJETO

A presente licitação tem por objeto a seleção da proposta mais vantajosa para **Registro de Preços**, conforme estabelecido no art. 15 da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93, para **futura e eventual “AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO, PINTURAS, REVESTIMENTOS E OUTROS”, POR MEIO DE FORNECIMENTO PARCELADO, DIANTE DA NECESSIDADE DE CONSUMO DA ADMINISTRAÇÃO**, para atendimento as diversas Secretarias e Departamentos deste Município, conforme descrito e especificado no Termo de Referência – Anexo I, deste instrumento convocatório.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1- Poderão participar da presente licitação os interessados que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação.

2.2 - Não poderão participar deste pregão:

2.2.1. Os interessados que se encontrarem em processo de falência, de dissolução, de fusão, de cisão ou de incorporação, ou estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, ou tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública.



2.2.2. Que possua participação direta ou indireta de sócio, diretor ou responsável técnico que tenha vínculo empregatício com a Prefeitura de Montalvânia/MG.

2.3. Os itens 1 a 23, 25 a 32, 34, 36, 39 e 40, 42 a 46, 48 a 52, 54 a 58, 60 a 96, 98 a 129, 132 a 149 são destinados exclusivamente para empresas que estejam na condição de ME, MEI e EPP, conforme determina o inciso I do art. 48 da Lei Complementar 123/06.

3. ENTREGA DOS ENVELOPES

3.1. Dos envelopes “PROPOSTA COMERCIAL” e “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”.

3.1.1. Os envelopes “Proposta Comercial” e “Documentos de Habilitação” deverão ser indevassáveis, hermeticamente fechados e entregues ao pregoeiro, na sessão pública de abertura deste certame, conforme endereço, dia e horário especificados abaixo.

LOCAL: Sala de Licitação - Sede da Prefeitura de Montalvânia/MG, na Avenida Confúcio, nº 1.150 – Centro - Montalvânia/MG, – A/C do pregoeiro, até o dia 21/06/2021, às 08h00min. Tel.: (38) 3614-1429 / 1537.

3.1.2. Os envelopes deverão ainda indicar em sua parte externa e frontal os seguintes dizeres:

MUNICÍPIO DE MONTALVÂNIA
PREGÃO PRESENCIAL N.º 014/2021
ENVELOPE N.º 1 – PROPOSTA COMERCIAL
PROPONENTE:.....

MUNICÍPIO DE MONTALVÂNIA
PREGÃO PRESENCIAL N.º 014/2021
ENVELOPE N.º 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE:.....

3.2. O interessado deverá entregar juntamente com os dois envelopes a Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, **conforme Anexo IV (a referida declaração deverá estar por fora dos envelopes)**.

3.3. Em se tratando de microempresa – ME ou empresa de pequeno porte – EPP, a comprovação desta condição será efetuada mediante certidão expedida pela Junta Comercial, ou outro órgão equivalente, sob pena de não aplicação dos efeitos da Lei Complementar nº. 123/2006.

3.4. Em se tratando de MEI – Micro Empreendedor Individual, a comprovação desta condição será efetuada mediante certificado da condição de Micro Empreendedor Individual – CCMEI.

3.5. As certidões descritas nos itens 3.3. e 3.4. apresentadas após o dia 31 de janeiro do corrente ano, terão obrigatoriamente que ter sido emitidas no exercício em curso. **(AS REFERIDAS DECLARAÇÕES DEVERÃO ESTAR FORA DOS ENVELOPES)**.



3.6. Constituinto representante, os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por servidor do Município, ou por meio de publicação em órgão de imprensa oficial, não constituindo representante aplica-se o disposto no subitem 3.7.

3.7. A Lei Federal nº 10.520/02, que instituiu a modalidade pregão presencial no âmbito municipal não traz no seu bojo a obrigatoriedade do licitante constituir representante para participar no desfecho do certame, onde na ocorrência de não constituir representante, faculta ao proponente licitante encaminhar os envelopes através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou através de representante não credenciado, realizar o protocolo dos envelopes no departamento de protocolo do Município ou entrega diretamente ao Pregoeiro Oficial do Município, até a data e hora estabelecida no preâmbulo, e na forma do subitem 3.1.1, onde fazendo uso desta condição a proponente licitante fica impedida de interpor recurso em conformidade com o disposto no inciso XX do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/02, onde a documentação deverá ser apresentada através de copia autenticada por cartório, exceto certidões de regularidades para com o fisco federal, estadual, municipal, FGTS e certidão negativa de debito trabalhista (CNDT), que terão a verificação de autenticidade via recursos de internet.

3.8. O PREGOEIRO não se responsabilizará por envelopes de “Proposta Comercial” e “Documentos de Habilitação” que não sejam entregues ao pregoeiro designado, no local, data e horário definidos neste edital.

3.9. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste evento na data acima mencionada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

3.10. Não serão aceitos documentos apresentados por meio de fitas, discos magnéticos, filmes ou cópias em fac-símile, mesmo autenticadas, admitindo-se fotos, gravuras, desenhos, gráficos ou catálogos apenas como forma de ilustração das propostas de preços.

4. CREDENCIAMENTO

4.1. A licitante deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório.

4.2. Cada licitante credenciará apenas um representante que será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.

4.3. Por credenciamento entende-se a apresentação conjunta dos seguintes documentos:

I - documento oficial de identidade;

II - procuração que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome da licitante, ou documento no qual estejam expressos poderes para exercer direitos e assumir obrigações, no caso do representante ser sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da licitante, em decorrência de tal investidura (**Anexo VII**).



4.4 Caso a procuração seja particular, deverá ter firma reconhecida e estar acompanhada dos documentos comprobatórios dos poderes do outorgante, tais como contrato social/alteração contratual e cópia do documento de identidade de quem recebe poderes.

4.5 A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento impedirá a participação do representante da licitante na sessão, para fins de apresentação de lances.

4.6 O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado.

4.7 Não será admitida a participação de um mesmo representante para mais de uma empresa licitante.

4.8. AS AUTENTICAÇÕES EFETUADAS NA PREFEITURA SÓ SERÃO FEITAS MEDIANTE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS ORIGINAIS.

5. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

5.1. Decairá do direito de impugnar os termos do presente instrumento convocatório/edital de licitação perante a administração qualquer pessoa que não o fizer até o 2º (segundo) dia útil que anteceder a data da entrega dos envelopes, conforme descrito no subitem 1.1 conexo do item 1, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso, conforme disposto no Decreto Municipal nº 021, de 29 de dezembro de 2006, decreto este que regulamenta a modalidade pregão presencial no âmbito do Município de Montalvânia, devendo preferencialmente o instrumento ser protocolado junto ao departamento de protocolo do Município, onde optando pelo envio do instrumento de impugnação através do e-mail licitacao@montalvania.mg.gov.br o instrumento deverá conter assinatura digital, sob pena do recebimento e do não reconhecimento, onde. Estando de acordo com a lei e o disposto acima, caberá ao Pregoeiro Oficial do Município, decidir sobre o requerimento no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, onde o resultado será publicado no site oficial do Município www.montalvania.mg.gov.br.

5.2. Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório/edital, será designada nova data para a realização do certame;

5.3 A impugnação feita tempestivamente pelo proponente licitante não o impedirá de participar do processo licitatório, desde que após a apreciação da impugnação o processo siga seus tramites normais.

6. PROPOSTAS COMERCIAIS

6.1. As propostas comerciais serão apresentadas em língua portuguesa, datilografadas ou impressas, em uma via, com suas páginas numeradas e rubricadas, e a última assinada pelo representante legal da empresa, sem emendas, acréscimos, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, inequivocamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízo à Administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo, podendo observar o modelo anexo a este edital, e constarão:



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: Gente que Faz
CNPJ: 17.097.791/0001-12
www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



- 6.1.1. Nome, número do CNPJ, endereço, telefone, fax e e-mail da empresa proponente;
- 6.1.2. Especificação detalhada do objeto, com indicação da marca, sob pena de desclassificação;
- 6.1.3. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite prevista para entrega das propostas, conforme art. 64, § da Lei Federal nº 8.666/93;
- 6.1.4. Conter prazo de entrega de no máximo 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 6.2. As propostas poderão ser corrigidas automaticamente pelo pregoeiro, caso contenham erros de soma e/ou multiplicação, bem como divergências entre o preço unitário e o total do item, hipótese em que prevalecerá sempre o primeiro. Sendo a proposta corrigida o representante da empresa, este deverá assiná-la se estiver presente na sessão.
- 6.3. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente edital e seus anexos, por estarem omissas ou apresentarem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;
- 6.4. Os preços serão cotados com duas casas decimais. Ex: 10,55
- 6.5. Nos preços propostos estarão incluídos todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da contratada.
- 6.6. Constituindo representante a licitante apresentará, FORA DO ENVELOPE, por ocasião da apresentação da Proposta Comercial, a Declaração de que atende plenamente a todos os requisitos de habilitação exigidos para o certame, não constituindo representante esta declaração deverá ser enfeixada no envelope 01 – proposta comercial de preços, sob pena de desclassificação da proposta, conforme dispõe o inciso VII do art. 3º da Lei Federal nº 10.520/02. **Vide modelo da declaração no ANEXO IV.**
- 6.7. As propostas não poderão impor condições ou conter opções, somente sendo admitidas propostas que ofereçam apenas uma marca, um modelo e um preço para cada item do objeto desta licitação.
- 6.8. Todos os itens serão conferidos e analisados pelo setor requisitante para a devida aprovação, sujeitando a desclassificação os licitantes que não cumprirem as normas do edital.
- 6.9. **Objetivando celeridade no desfecho do processo licitatório as proponentes licitantes deverão apresentar suas propostas de preços impressas devidamente assinadas e apresentar ainda as propostas em arquivo digital em um CD/RW OU PENDRIVE. O manual para utilizar e baixar o aplicativo colhedor de proposta segue anexo ao Edital e no corpo do email que será enviado, devendo ser seguido rigorosamente suas instruções.**
- 6.9.1. O desatendimento ao disposto no item 6.9 não acarreta inabilitação da licitante.

7-HABILITAÇÃO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: Gente que Faz
CNPJ: 17.097.791/0001-12
www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



7.1. Quanto à **REGULARIDADE JURÍDICA**, a licitante apresentará:

7.1.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

7.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.

7.1.2.1 No caso de sociedades por ações, deverá estar acompanhado da documentação de eleição de seus administradores.

7.1.2.2 O contrato social consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações posteriores, ainda não consolidadas.

7.1.3. Em se tratando de Micro Empreendedor Individual – MEI, o Contrato Social ou Estatuto poderá ser substituído pelo Certificado da Condição de Micro Empreendedor Individual – CCMEI

7.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

7.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

7.2. Quanto à **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**, apresentará:

7.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) atualizado, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente e compatível com o objeto desta licitação;

7.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e prova de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014.

7.2.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante a apresentação de:
- Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou documento equivalente que comprove a regularidade.

7.2.4. Prova de regularidade junto a Fazenda Estadual e Municipal.

7.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), provando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

7.3. Quanto à **REGULARIDADE TÉCNICA**, apresentará:



7.3.1. Atestado Técnico de Capacidade emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove o fornecimento de produto compatível com o objeto deste Pregão.

7.4. Quanto à **REGULARIDADE ECONOMICO-FINANCEIRA**, apresentará:

7.4.1. Certidão Negativa de Falência e Concordata emitida por órgão competente com data de emissão de até 90 (noventa) dias antes da abertura da sessão.

7.4.1.1. No caso de certidão de recuperação judicial positiva, a licitante deverá, juntamente com a certidão, sob pena de inabilitação, apresentar comprovação de que o plano de recuperação expressamente prevê a participação da empresa em contratações públicas, bem como que referido plano foi homologado judicialmente.

7.5. Deverão ainda, as licitantes, apresentarem as seguintes declarações:

7.5.1. Declaração de que não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo determina o inciso V do artigo 27 da Lei Federal 8.666/93 (com redação dada pela Lei n.º 9854 de 27 de outubro de 1999), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da Lei, **conforme ANEXO V**.

7.5.2. Declaração de inexistência ou superveniência de fato impeditivo da habilitação (art. 32, § 2º, Lei 8.666/93), **conforme ANEXO VI**.

7.6. Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante e, preferencialmente, com número do CNPJ e endereço respectivo, observando-se que:

- a) se o licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou
- b) se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- c) se o licitante for matriz, e o executor do contrato for filial, a documentação deverá ser apresentada com CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;
- d) serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8. SESSÃO DO PREGÃO

8.1. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes das empresas proponentes, o Pregoeiro procederá a abertura dos envelopes de proposta comercial dos licitantes, cadastrando-as no sistema.

8.2. Após o cadastramento dos valores de cada empresa participante, o Pregoeiro declarará aberta a sessão do PREGÃO para os lances.

9-CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS

9.1. Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.



9.2. O autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela serão classificados para participarem dos lances verbais.

9.3. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no artigo anterior, o pregoeiro classificará as melhores propostas, até o máximo de 03 (três), quaisquer que sejam os preços oferecidos, para que seus autores participem dos lances verbais.

9.4. A classificação dar-se-á pela ordem crescente dos preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações deste Edital, com o preço de mercado e que ofertar o MENOR PREÇO UNITÁRIO.

10-LANCES VERBAIS

10.1. Aos licitantes classificados e presentes na sessão será dada a oportunidade para disputa por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais.

10.2. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

10.3. É vedada a oferta de lance com vista ao empate

10.4. Na sucessão de lances a diferença de valor será definida item a item pelo pregoeiro no curso da sessão.

10.5. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor unitário máximo que o Município se limita a pagar, podendo o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente, para que seja obtido preço melhor.

10.6. Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com os valores praticados no mercado, esta poderá ser aceita.

11-JULGAMENTO

11.1. No julgamento e classificação das propostas será levado em consideração o TIPO DE LICITAÇÃO MENOR PREÇO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO POR ITEM, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

11.2. – Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido ofertada por microempresa – ME, micro empreendedor individual - MEI ou empresa de pequeno porte – EPP e houver proposta apresentada por ME, MEI ou EPP até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, estará configurado o empate previsto no art. 44, § 2º, da Lei Complementar nº. 123/2006.

11.2.1 – Ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:



11.2.1.1 – a ME, MEI ou a EPP mais bem classificada será convocada para, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada classificada em 1º lugar no certame, sob pena de preclusão do exercício do direito de desempate;

11.2.1.2 – apresentada nova proposta, nos termos do subitem anterior e atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

11.2.1.3 – não sendo vencedora a ME, MEI ou EPP mais bem classificada, na forma do subitem anterior, serão convocadas as demais ME, MEI e EPP remanescentes cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no *caput* desta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

11.2.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME, MEI e EPP que se encontrarem no limite estabelecido no *caput* desta condição, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresenta melhor oferta.

11.3. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta classificada em 1º lugar na etapa de lances.

11.4. Será considerado vencedor, o licitante que ao final da disputa de lances, observadas as disposições da Lei Complementar nº. 123/2006, ofertar o menor preço.

11.5. Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro, juntamente com a equipe de apoio decidir motivadamente a respeito de sua aceitabilidade.

11.6. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.

11.7. – Os licitantes apresentarão documentos em cópias legíveis, autenticadas em cartório competente ou por servidor designado para o pregão.

11.8 – As ME, MEI e EPP deverão apresentar toda a documentação exigida para a habilitação, inclusive os documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que estes apresentem alguma restrição.

11.8.1 – Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.8.2 – A prorrogação do prazo para a regularização fiscal e trabalhista dependerá de requerimento, devidamente fundamentado, a ser dirigido ao Pregoeiro.



11.8.3 – Entende-se por tempestivo o requerimento apresentado dentro dos cinco dias úteis inicialmente concedidos.

11.8.4 – A não regularização da documentação, no prazo previsto neste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

11.9 – Todos os documentos deverão ter vigência até o dia previsto para realização do pregão; inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidos por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição, ressalvadas as exceções previstas no edital.

11.10 – Se o detentor da melhor proposta desatender às exigências previstas neste Edital, será inabilitado, e o pregoeiro examinará as ofertas subsequêntes e procederá à habilitação do licitante seguinte, na ordem de classificação, repetindo esse procedimento, sucessivamente, se necessário, até apuração de uma proposta que atenda ao Edital, para declarar o licitante vencedor.

11.11. O pregoeiro negociará diretamente com o proponente, para obtenção de melhor preço.

11.12. Constatado o atendimento pleno às exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor.

11.13. A critério da Administração, no caso de inabilitação de todos os licitantes, poderão ser convocados para, no prazo de 8 (oito) dias úteis, apresentarem nova documentação, em obediência ao disposto no § 3º do artigo 48 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.14. A contratação formalizar-se-á mediante Ordem de Fornecimento, observadas as cláusulas e condições deste edital, da Ata de Registro de Preços, e da proposta vencedora.

11.15. Após a homologação do resultado da licitação, a(s) licitante(s) classificadas(s) em primeiro lugar por Item, terá(ão) o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação pela Administração, para assinar a Ata de Registro de Preços.

11.16. Os demais fornecedores serão classificados neste processo, em ordem crescente de preço proposto e poderão ser convocados para compor a Ata de Registro de Preços, nos casos previstos neste Edital e na Ata dele decorrente.

11.17. É facultado a (o) Pregoeira (o) (a), caso o adjudicatário quando convocado não assinar o termo de contrato convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo, após negociação, aceitação da proposta e comprovação dos requisitos de habilitação.

11.18. Após a publicação da Ata do Registro de Preços da Administração no Diário Oficial do Município, poderão ser firmados os contratos dentro do prazo de validade do Registro.

11.19. Poderá a proposta da licitante ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver a Administração conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal e trabalhista, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: Gente que Faz
CNPJ: 17.097.791/0001-12
www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



11.20. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo pregoeiro, membros da equipe de apoio e licitantes presentes na sessão.

12-RECURSOS

12.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.2. O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias, contados da lavratura da ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

12.3. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, importará decadência do direito de recurso.

12.5. Os recursos deverão ser decididos no prazo de 5 (cinco) dias pela Administração.

12.6. O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos deste órgão e comunicado a todos os licitantes via fax ou correio eletrônico.

12.7. Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, o pregoeiro devolverá, aos licitantes, julgados desclassificados em todos os itens, os envelopes "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO" inviolados, podendo, todavia, retê-los até o aceite do produto pelo Setor Requisitante.

13-DA HOMOLOGAÇÃO

13.1. Encerrada a seleção e ultrapassada a eventual fase recursal, o pregoeiro registrará os preços ofertados pelas licitantes em ordem crescente.

13.2. Verificada a regularidade dos atos e a realização do interesse público, nos termos do artigo 3º da Lei 8.666/1993, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14- DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o resultado da licitação, a Secretaria, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços que, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.



14.2. A Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

14.3. O direito de preferência de que trata o subitem anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a Administração optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não a Ata de Registro de Preços, e o preço cotado neste, for igual ou superior ao registrado.

14.4. O preço registrado e os respectivos fornecedores serão divulgados no Diário Oficial e ficarão disponibilizados durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

14.5. A Administração monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

14.6. A Administração convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado estiver acima do preço de mercado.

14.7. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

14.8. Antes de receber o pedido de fornecimento e caso seja frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, caso comprove mediante requerimento fundamentado e apresentação de comprovantes (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, etc.), que não pode cumprir as obrigações assumidas, devido ao preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado.

14.9. Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.

14.10. Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Administração para determinado Item.

14.11. Não havendo êxito nas negociações com o primeiro colocado, a Administração poderá convocar os demais fornecedores classificados ou revogar a Ata de Registro de Preços ou parte dela.

14.12. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas trimestralmente no Diário Oficial.

15 - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

15.1 - Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que



devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n.º 8.666/93.

15.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

15.3 – QUALQUER ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DEVERÁ SER PREVIAMENTE COMUNICADA AO MUNICÍPIO DE MONTALVÂNIA.

16. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

16.1. O objeto do presente certame será entregue em conformidade com as especificações técnicas, cronogramas, prazos, local e condições apontadas no respectivo Termo de Referência e documentação anexa.

16.2. A partir da entrega, o objeto será recebido e submetido ao setor requisitante para avaliar a sua conformidade com as especificações constantes do edital, a fim de que se decida sobre sua aceitação ou rejeição.

16.3. Concluída a entrega dos produtos, o recebimento do mesmo dar-se-á na forma do art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

16.4. Na hipótese de rejeição do objeto recebido, o mesmo deverá ser recolhido pelo contratado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da comunicação pela Secretaria. Após este prazo, a Secretaria reserva-se o direito de enviar o objeto rejeitado à contratada, com frete a pagar.

16.5. De acordo com a legislação o contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

16.6. O material rejeitado poderá ser substituído uma única vez, dentro de até 03 (três) dias úteis, após a solicitação pelo Setor Requisitante.

16.7. Após o recebimento definitivo, o Contratado responderá por vícios por ventura apresentados pelo objeto licitado, no seu prazo de validade.

16.8. O contratado deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação, até que seja satisfeita a obrigação assumida.

16.9. Caso adjudicatário não apresente situação regular no ato de retirada do Empenho, ou recuse-se a retirá-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para retirá-lo.

16.10. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para retirada do Empenho, decorrente desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.



17 - PAGAMENTO

17.1. A Nota Fiscal /Fatura Discriminativa deverá ser apresentada conforme descrito no Anexo I – Termo de referência;

17.2. A Prefeitura Municipal efetuará o pagamento no prazo e condições descritas no Anexo I – Termo de Referência, conforme Nota Fiscal.

17.3. O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, e só será efetuado mediante comprovação de regularidade das obrigações fiscais, trabalhistas e em especial junto ao INSS, relativamente à competência imediatamente anterior àquela a que se refere a remuneração auferida;

17.4. Não será efetuado qualquer pagamento à detentora da ata enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade;

17.5. O preço referido registrado inclui todos os custos e benefícios decorrentes da prestação dos serviços, de modo a constituírem a única e total contraprestação;

17.6. O Município poderá sustar o pagamento a que a contratada tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da prestação dos serviços.

18 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. - Recusando-se a vencedora a assinatura da ata sem motivo justificado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à multa equivalente a 10% do valor de sua proposta, sem prejuízo da aplicação da sanção administrativa de suspensão temporária do direito de licitar pelo prazo de até cinco anos.

18.2. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato, infringência do art. 71 da Lei Federal 8.666/93 e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

18.2.1. advertência;

18.2.2. multa de:

18.2.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 10º (décimo) dia de atraso, da entrega do produto, sobre o valor da parcela, por ocorrência;

18.2.2.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do valor do contrato, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias, com a conseqüente rescisão contratual, quando for o caso;

18.2.2.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos:

a) inobservância do nível de qualidade dos fornecimentos;

b) transferência total ou parcial do contrato a terceiros;

c) subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal da Contratante;



d) descumprimento de cláusula contratual.

18.2.3. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

18.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que o contratante promova sua reabilitação.

18.3. - O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Montalvânia, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

19- DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Homologada a licitação o adjudicatário receberá Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente.

19.2. Caso o adjudicatário não forneça o objeto do certame de acordo com a sua proposta ou recuse-se a entregá-lo, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para fornecimento.

19.3. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para entrega dos materiais, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

19.4. Uma vez convocado, a recusa injustificada do adjudicatário em entregar os materiais, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

19.5. Na hipótese acima referida será convocado novo adjudicatário, observada a ordem de classificação nesta licitação.

19.6. Constituem motivos para rescisão do contrato ou instrumento equivalente, todos aqueles listados pela Lei nº 8.666/93, no artigo 77 e 78.

19.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive os acréscimos de que trata o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.

19.8. Este edital deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após decorrido prazo para impugnação não serão aceitas alegações de desconhecimento ou discordância de seus termos.

19.9. Será dada vista aos proponentes interessados tanto das propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.



19.10. É facultado ao pregoeiro ou à autoridade superior em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do preço ofertado, bem como solicitar a Órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

19.11. É vedado ao licitante retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão do pregão.

19.12. A presente licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.

19.13. O pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

19.14. A dotação orçamentária específica para acobertar a despesa deste Pregão são as relacionadas abaixo, não estando a mesma vinculada a despesa, antes da assinatura do contrato ou ordem de fornecimento, por se tratar de registro de preços.

02013020.1545203271.111.4.4.90.51.00.1.00 - Praças e Jardins
02013020.1545203282.144.3.3.90.30.00.1.00 - Praças e Jardins
02013020.1648200252.149.3.3.90.30.00.1.00 - Manutenção Const/Ampl.Edif.públicas
02013020.1648200251.118.4.4.90.51.00.1.00 - Manutenção Const/Ampl.Edif.públicas
02013010.1751104472.140.3.3.90.30.00.1.00 - Departamento de água e Energia
02013010.1751104471.102.4.4.90.51.00.1.00 - Departamento de água e Energia
02010010.2781202242.087.3.3.90.30.00.1.00 - Praça de Esportes
02007010.0418101772.031.3.3.90.30.00.1.00 - Policia Militar
02007010.0418201742.032.3.3.90.30.00.1.00 - Policia Civil
02014020.2678205322.158.3.3.90.30.00.1.00 - Rodoviária
02007010.0412200212.022.3.3.90.30.00.1.00 - Secretaria de Administração (Administração)
02013020.1648200252.149.3.3.90.30.00.1.00 - Secretaria de Agricultura (Administração)
02013020.1648200251.118.4.4.90.51.00.1.00 - Secretaria de Agricultura (Administração)
02011010.1012205862.089.3.3.90.30.00.1.02 - Secretaria de Saúde (administração)
02011010.1030105802.091.3.3.90.30.00.1.02/1.59 - Atenção Primária(UBS)
02011010.1030505892.099.3.3.90.30.00.1.02/1.59 - Vigilância em Saúde
02011010.1030505871.067.4.4.90.51.00.1.02 - Vigilância em Saúde
02009010.1212200212.050.3.3.90.30.00.1.01 - Secretaria de Educação (administração)
02009010.1236101882.058.3.3.90.30.00.1.01 - Fundamental
02009010.1236101881.034.4.4.90.51.00.1.01/1.47 - Fundamental
02009020.1236501902.067.3.3.90.30.00.1.01 - Pré-escolar
02009020.1236501901.043.4.4.90.51.00.1.01 - Pré-escolar
02009020.1236501851.040.4.4.90.51.00.1.01 - Creches
02009020.1236501852.066.3.3.90.30.00.1.01 - Creches
02010010.1339202472.081.3.3.90.30.00.1.00 - Biblioteca



02012010.0824405792.120.3.3.90.30.00.1.00 - Assistência Social (administração)
02012032.0824405772.133.3.3.90.30.00.1.00/1.29 - CRAS
02012032.0824404871.154.4.4.90.51.00.1.00/1.29 - CRAS
02012010.0824405792.118.3.3.90.30.00.1.00 - Artesanato
02012010.0824405791.090.4.4.90.51.00.1.00 - Artesanato
02012031.0824405772.127.3.3.90.30.00.1.00 - Bolsa Família
02012030.0824305792.124.3.3.90.30.00.1.00 - Conselho Tutelar
02003010.0412200212.011.3.3.90.30.00.1.00 - Guarda Municipal
02014010.0412200212.156.3.3.90.30.00.1.00 - Departamento de Transportes
02013020.0412200212.141.3.3.90.30.00.1.00 - Departamento de Obras
02013020.1545203271.111.4.4.90.51.00.1.00 - Departamento de Obras
02013020.1545205751.113.4.4.90.51.00.1.00 - Departamento de Obras
02013020.1648200251.118.3.3.90.30.00.1.00 - Departamento de Obras
02013020.1648200252.149.3.3.90.30.00.1.00 - Prédio Central
02013020.1648200251.118.4.4.90.51.00.1.00 - Prédio Central
02013020.1545203262.142.3.3.90.30.00.1.00 - Cemitério
02013020.1545203261.108.4.4.90.51.00.1.00 - Cemitério
02013030.1545203252.155.3.3.90.30.00.1.00 - Limpeza Pública
02014010.2678205342.157.3.3.90.30.00.1.00 - Estradas Vicinais
02014020.2678205341.134.4.4.90.51.00.1.00 - Estradas Vicinais
02012032.0824405772.132.3.3.90.30.00.1.00/1.56 - Gestão Benefícios Eventuais: Auxí. Moradia
02012032.0824405772.132.3.3.90.32.00.1.00/1.56 - Gestão Benefícios Eventuais: Auxí. Moradia

19.15. Todos os atos administrativos (termo de adjudicação, termo de homologação, resultado do processo, extrato de contrato, dentre outros), decorrentes desta licitação serão publicados no quadro de Aviso localizado no hall de entrada do prédio onde funciona a Prefeitura Municipal de Montalvânia/MG, publicação esta a ser efetuada pela Administração Municipal, tornando o ato público, conforme determinações no Artigo 1º da Lei Municipal nº 842/2002, de conformidade com o artigo 6º, inciso XIII da Lei 8.666/93 e suas alterações.

19.16. Quaisquer informações ou esclarecimentos relativos a este Instrumento serão prestados pelo setor Licitação através dos e-mails: licitacao@montalvania.mg.gov.br, licitar.montalvania@hotmail.com ou diretamente na sede do Município no endereço sito Av. Confúcio, nº 1.150 – Centro – Montalvânia/MG, durante o período de expediente normal da Administração Municipal, qual seja das (07h30min às 13h30min) – Departamento de Licitações.

19.17. O presente edital e seus anexos poderão ser examinados e solicitados na Sede da Prefeitura, cuja cópia será fornecida gratuitamente.

20. DOS ANEXOS

20.1. Constituem anexos deste instrumento convocatório/edital, dele fazendo parte integrante:

20.1.1. Anexo I - Termo de Referência.

20.1.2. Anexo II - Minuta da Ata de Registro de Preços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: Gente que Faz
CNPJ: 17.097.791/0001-12
www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



20.1.3 Anexo III – Minuta do Contrato Administrativo.

20.1.4. Anexo IV – Declaração de conhecimento dos ditames do instrumento convocatório/edital e seus anexos, em conformidade com o inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/02.

20.1.5. Anexo V – Declaração do cumprimento do inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, em observância aos ditames do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

20.1.6. Anexo VI - Declaração de inexistência inidoneidade para participar da presente licitação.

20.1.7. Anexo VII – Modelo de Procuração / Carta de Credenciamento.

20.1.8. Anexo VIII – Modelo de Proposta de Preços.

21. DO FORO

21.1 Fica eleito o foro da Comarca de Montalvânia/MG, para dirimir qualquer dúvida ou conflito acerca do presente instrumento convocatório/edital, sob renúncia de qualquer outra por melhor condições que venha oferecer.

Montalvânia/MG, 07 de junho de 2021.

Elivando Nonato da Silva
Pregoeiro Oficial do Município
Portaria nº. 002, de 04.01.2021

Fredson Lopes França
Prefeito Municipal

ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2021

DA JUSTIFICATIVA: Considerando a necessidade de disponibilizar recursos para a realização de reparos, reformas, manutenção dos prédios públicos, praças de domínio público, pontes e vias públicas, bem como atender a demanda das Secretarias e Departamentos que integram a administração Municipal, justifica-se a abertura de processo licitatório para futura aquisição de MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO, PINTURAS, REVESTIMENTOS E OUTROS uma vez que os materiais são essenciais para a manutenção dos prédios públicos municipais, conforme descrito no termo de referência.

DA SINTESE DO OBJETO: Seleção da proposta mais vantajosa para **Registro de Preços**, conforme estabelecido no art. 15 da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93, para futura e eventual "AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO, PINTURAS, REVESTIMENTOS E OUTROS", POR MEIO DE FORNECIMENTO PARCELADO, DIANTE DA NECESSIDADE DE CONSUMO DA ADMINISTRAÇÃO, para atendimento a demanda das diversas Secretarias e Departamentos deste Município, conforme descrito e especificado neste Termo de Referência.

1. DO DETALHAMENTO DO OBJETO E DE SUA ENTREGA:

1.1 Do detalhamento do objeto:

| ITEM | CÓDIGO | DESCRIÇÃO DO OBJETO | UNID | QTDE | P. UNIT. | P. TOTAL |
|------|--------|---|------|-----------|----------|----------|
| 1 | 24231 | REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES TIPO ESMALTADA PADRÃO POPULAR 40X60CM revestimento cerâmico para par | M2 | 400,00 | | |
| 2 | 24232 | REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES TIPO ESMALTADA PADRÃO POPULAR 20X20CM revestimento cerâmico para par | M2 | 20,00 | | |
| 3 | 24233 | REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES TIPO ESMALTADA PADRÃO POPULAR 32X52CM revestimento cerâmico para par | M2 | 400,00 | | |
| 4 | 24234 | REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PAREDES EM PASTILHAS 10X10CM (PLACA 30X30CM) PADRÃO POPULAR revestimento cerâmico para par | M2 | 200,00 | | |
| 5 | 24235 | REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA PADRÃO POPULAR 60X60CM revestimento cerâmico para pis | M2 | 600,00 | | |
| 6 | 24236 | REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO ESMALTADA PADRÃO POPULAR 45X45CM revestimento cerâmico para pis | M2 | 400,00 | | |
| 7 | 24237 | REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACAS TIPO PORCELANATO 45X45CM revestimento cerâmico para pis | M2 | 600,00 | | |
| 8 | 24252 | TELHA CUMEEIRA DE CERÂMICA telha cumeeira de cerâmica | UND | 500,00 | | |
| 9 | 24271 | BLOCO DE CONCRETO 14X19X29CM bloco de concreto 14x19x29cm | UND | 10.000,00 | | |
| 10 | 24272 | BLOCO DE CONCRETO 14X19X39CM bloco de concreto 14x19x39cm | UND | 20.000,00 | | |

| | | | | | | |
|----|-------|---|-----|-----------|--|--|
| 11 | 24273 | BLOCO DE CONCRETO 14X19X19CM bloco de concreto 14x19x19cm | UND | 10.000,00 | | |
| 12 | 24275 | BLOCO DE CONCRETO TIPO CANALETA 14X19X29CM bloco de concreto tipo canalet | UND | 10.000,00 | | |
| 13 | 21425 | THINNER 900ML thinner 900ml | UN | 200,00 | | |
| 14 | 21428 | TIJOLO CERAMICO (ALVENARIA DE VEDACAO), 8 FUIROS, DE 9 X 19 X 19 CM tijolo ceramico (alvenaria de | UN | 40.000,00 | | |
| 15 | 21433 | TELHA CERAMICA TIPO COLONIAL, COMPRIMENTO DE *44* CM, RENDIMENTO DE *26* TELHAS/M2 telha ceramica tipo colonial, | UN | 25.000,00 | | |
| 16 | 21439 | TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 4 MM, DE 2,44 X 0,50 M (SEM AMIANTO) telha de fibrocimento ondulada | UN | 100,00 | | |
| 17 | 21443 | TRELIÇA ALO CA-60 NERVURADO TR08664 treliça alo ca-60 nervurado tr | M | 1.000,00 | | |
| 18 | 21444 | TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 6 MM, DE 1,83 X 1,10 M (SEM AMIANTO) telha de fibrocimento ondulada | UN | 50,00 | | |
| 19 | 21445 | TRELIÇA ALO CA-60 NERVURADO TR12646 treliça alo ca-60 nervurado tr | UN | 1.000,00 | | |
| 20 | 21446 | TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 6 MM, DE 2,44 X 1,10 M (SEM AMIANTO) telha de fibrocimento ondulada | UN | 100,00 | | |
| 21 | 21447 | TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 6 MM, DE 3,66 X 1,10 M (SEM AMIANTO) telha de fibrocimento ondulada | UN | 100,00 | | |
| 22 | 21449 | TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 8 MM, DE 1,83 X 1,10 M (SEM AMIANTO) telha de fibrocimento ondulada | UN | 100,00 | | |
| 23 | 21454 | ACO CA-50, 16,0 MM, VERGALHAO aco ca-50, 16,0 mm, vergalhao | BR | 200,00 | | |
| 24 | 21453 | ACO CA-50, 12,5 MM, VERGALHAO aco ca-50, 12,5 mm, vergalhao | BR | 800,00 | | |
| 25 | 21455 | ACO CA-50, 6,3 MM, VERGALHAO aco ca-50, 6,3 mm, vergalhao | BR | 200,00 | | |
| 26 | 21456 | ACO CA-50, 8,0 MM, VERGALHAO aco ca-50, 8,0 mm, vergalhao | BR | 200,00 | | |
| 27 | 21457 | ACO CA-60, 4,2 MM, VERGALHAO aco ca-60, 4,2 mm, vergalhao | BR | 300,00 | | |
| 28 | 21458 | ACO CA-60, 5,0 MM, VERGALHAO aco ca-60, 5,0 mm, vergalhao | BR | 300,00 | | |
| 29 | 21459 | ACO CA-60, 7,0 MM, VERGALHAO aco ca-60, 7,0 mm, vergalhao | BR | 900,00 | | |
| 30 | 21695 | ARAME GALVANIZADO 12 BWG arame galvanizado 12 bwg | KG | 100,00 | | |
| 31 | 21696 | ARAME GALVANIZADO 18 BWG arame galvanizado 18 bwg | KG | 100,00 | | |

| | | | | | | |
|----|-------|---|----|----------|--|--|
| 32 | 21697 | ARAME GALVANIZADO 20 BWG arame galvanizado 20 bwg | KG | 100,00 | | |
| 33 | 21700 | ARMADURA AÇO 12X25CM 4 BARRAS 8,0MM E ESTRIBO 5,0MM P/ PILAR/VIGA armadura aço 12x25cm 4 barras | M | 1.000,00 | | |
| 34 | 21701 | ARMADURA AÇO 7X16CM 4 BARRAS 8,0MM E ESTRIBO 4,2MM P/ PILAR/VIGA armadura aço 7x16cm 4 barras 8 | M | 100,00 | | |
| 35 | 21820 | PEDRA BRITADA N. 0 pedra britada n. 0 | M3 | 2.000,00 | | |
| 36 | 21811 | MASSA PARA TEXTURA LISA DE BASE ACRILICA 18L massa para textura lisa de bas | LT | 50,00 | | |
| 37 | 21821 | PEDRA BRITADA N. 1 pedra britada n. 1 | M3 | 1.000,00 | | |
| 38 | 21822 | PEDRA BRITADA N. 2 pedra britada n. 2 | M3 | 500,00 | | |
| 39 | 21828 | PISO EM PORCELANATO 60X60CM piso em porcelanato 60x60cm | M2 | 1.000,00 | | |
| 40 | 21829 | PISO EM PORCELANATO 30X60CM piso em porcelanato 30x60cm | M2 | 200,00 | | |
| 41 | 21830 | PO DE PEDRA. po de pedra. | M3 | 1.000,00 | | |
| 42 | 21860 | SELADOR PVA 18L selador pva 18l | UN | 100,00 | | |
| 43 | 21861 | SELADOR PVA 3,6L selador pva 3,6l | UN | 50,00 | | |
| 44 | 20148 | ARAME GALVANIZADO 16 BWG arame galvanizado 16 bwg | KG | 50,00 | | |
| 45 | 20151 | ARAME RECOZIDO 18 BWG, 1,25 MM (0,01 KG/M) arame recozido 18 bwg, 1,25 mm | KG | 50,00 | | |
| 46 | 20153 | AREIA FINA areia fina, natural, para rebo | M3 | 900,00 | | |
| 47 | 20155 | AREIA GROSSA areia grossa natural, composto | M3 | 1.000,00 | | |
| 48 | 20158 | ARGAMASSA COLANTE AC-I 20KG argamassa colante ac-i 20kg | SC | 250,00 | | |
| 49 | 20160 | ARGAMASSA COLANTE AC-II 20KG argamassa colante ac-ii 20kg | SC | 250,00 | | |
| 50 | 20161 | ARGAMASSA COLANTE AC-III 20KG argamassa colante ac-iii 20kg | SC | 250,00 | | |
| 51 | 20291 | CAL HIDRATADA CH-I PARA ARGAMASSAS 20KG cal hidratada ch-i para argama | SC | 200,00 | | |
| 52 | 20294 | CAL HIDRATADA PARA PINTURA 7KG cal hidratada para pintura 7k | SC | 1.000,00 | | |

| | | | | | | |
|----|-------|--|----|----------|--|--|
| 53 | 20374 | CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32 COM 50 KG cimento portland composto cp i | SC | 4.000,00 | | |
| 54 | 20381 | COLA BRANCA BASE PVA 500G cola branca base pva 500g | UN | 20,00 | | |
| 55 | 20383 | COLA PARA MADEIRA 250G cola para madeira 250g | UN | 10,00 | | |
| 56 | 20384 | COLA SILICONE 280G cola silicone 280g | UN | 150,00 | | |
| 57 | 20724 | FITA CREPE ROLO DE 25 MM X 50 M fita crepe rolo de 25 mm x 50 | UN | 100,00 | | |
| 58 | 20773 | FORRO DE PVC LISO, BRANCO, REGUA DE 20 CM, ESPESSURA DE 8 MM A 10 MM, COMPRIMENTO 6 M (SEM COLOCACAO forro de pvc liso, branco, reg | M2 | 1.000,00 | | |
| 59 | 26433 | FORRO DE PVC LISO, BRANCO, REGUA DE 20 CM, ESPESSURA DE 8 MM A 10 MM, COMPRIMENTO 6 M COM INSTALAÇÃO forro de pvc liso, branco, reg | M2 | 1.500,00 | | |
| 60 | 20780 | FUNDO ANTICORROSIVO PARA METAIS FERROSOS (ZARCAO) fundo anticorrosivo para metai | L | 10,00 | | |
| 61 | 20805 | FUNDO PREPARADOR ACRILICO BASE AGUA fundo preparador acrilico base | L | 10,00 | | |
| 62 | 20822 | GESSO EM PO PARA REVESTIMENTOS/MOLDURAS/SANCAS gesso em po para revestimentos | KG | 500,00 | | |
| 63 | 20887 | LIXA D'ÁGUA N° 80 A 400 lixa d'água n° 80 a 400 | UN | 250,00 | | |
| 64 | 20888 | LIXA P/ FECHO N° 36 A 180 lixa p/ fecho n° 36 a 180 | UN | 50,00 | | |
| 65 | 20882 | LIQUIBRILHO 18L liquibrilho 18l | LT | 100,00 | | |
| 66 | 20914 | MANGUEIRA FLEXÍVEL 3/4 JARDIM mangueira flexível 3/4 jardim | M | 300,00 | | |
| 67 | 20934 | MASSA A OLEO PARA MADEIRA 900ML massa a oleo para madeira 900m | UN | 10,00 | | |
| 68 | 20936 | MASSA DE POLIR 2,9KG massa de polir 2,9kg | UN | 10,00 | | |
| 69 | 20938 | MASSA PLÁSTICA 400G massa plástica 400g | UN | 30,00 | | |
| 70 | 20940 | MASSA RÁPIDA 900ML massa rápida 900ml | UN | 5,00 | | |
| 71 | 21208 | REJUNTE BRANCO, CIMENTICIO rejunte branco, cimenticio | KG | 50,00 | | |
| 72 | 21210 | REJUNTE COLORIDO, CIMENTICIO rejunte colorido, cimenticio | KG | 50,00 | | |
| 73 | 21215 | RODAFORRO EM PVC, PARA FORRO DE PVC, COMPRIMENTO 6 M rodaforro em pvc, para forro d | M | 600,00 | | |

| | | | | | | |
|----|-------|---|----|--------|--|--|
| 74 | 24225 | TINTA PAREDE ACRÍLICO PREMIUM ACETINADO 18L tinta parede acrílico premium | LT | 180,00 | | |
| 75 | 24226 | TINTA PAREDE ACRÍLICO PREMIUM FOSCO 18L tinta parede acrílico premium | LT | 100,00 | | |
| 76 | 24227 | TINTA PAREDE ACRÍLICO PREMIUM SEMIBRILHO 18L tinta parede acrílico premium | LT | 100,00 | | |
| 77 | 24228 | TINTA PAREDE LÁTEX PVA PREMIUM ACETINADO 18L tinta parede látex pva premium | LT | 100,00 | | |
| 78 | 24229 | TINTA PAREDE LÁTEX PVA PREMIUM FOSCO 18L tinta parede látex pva premium | LT | 100,00 | | |
| 79 | 24230 | TINTA PAREDE LÁTEX PREMIUM SEMIBRILHO 18L tinta parede látex premium sem | LT | 100,00 | | |
| 80 | 21699 | AREIA MEDIA areia media | M3 | 50,00 | | |
| 81 | 21806 | MASSA CORRIDA ACRÍLICA 18L massa corrida acrílica 18l | LT | 50,00 | | |
| 82 | 21807 | MASSA CORRIDA ACRÍLICA 3,6L massa corrida acrílica 3,6l | LT | 50,00 | | |
| 83 | 21808 | MASSA CORRIDA PVA 18L massa corrida pva 18l | LT | 50,00 | | |
| 84 | 21809 | MASSA CORRIDA PVA 3,6L massa corrida pva 3,6l | LT | 50,00 | | |
| 85 | 21810 | MASSA EPOXI BICOMPONENTE (MASSA + CATALIZADOR) massa epoxi bicomponente (mass | UN | 30,00 | | |
| 86 | 21870 | TINTA A OLEO BRILHANTE PARA MADEIRA E METAIS 3,6L tinta a oleo brilhante para ma | LT | 50,00 | | |
| 87 | 21872 | TINTA PARA PISO 18L BRANCO tinta para piso 18l branco | LT | 50,00 | | |
| 88 | 21873 | TINTA PARA PISO 18L AMARELO tinta para piso 18l amarelo | LT | 50,00 | | |
| 89 | 21874 | TINTA PARA PISO 18L VERDE tinta para piso 18l verde | LT | 50,00 | | |
| 90 | 21875 | TINTA PARA PISO 18L AZUL tinta para piso 18l azul | LT | 50,00 | | |
| 91 | 21876 | TINTA PARA PISO 18L VERMELHO tinta para piso 18l vermelho | LT | 50,00 | | |
| 92 | 21877 | TINTA PARA PISO 18L CINZA tinta para piso 18l cinza | LT | 50,00 | | |
| 93 | 21881 | TINTA ESMALTE SINTETICO GRAFITE COM PROTECAO PARA METAIS FERROSOS 3,6L tinta esmalte sintetico grafit | LT | 100,00 | | |
| 94 | 21882 | TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM ACETINADO 3,6L tinta esmalte sintetico premiu | LT | 180,00 | | |

| | | | | | | |
|-----|-------|--|----|----------|--|--|
| 95 | 21884 | TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM FOSCO 3,6L tinta esmalte sintetico premiu | LT | 50,00 | | |
| 96 | 21890 | TINTA PROTETORA SUPERFICIE METALICA ALUMINIO tinta protetora superficie met | LT | 10,00 | | |
| 97 | 23921 | PRANCHÃO 30X6 (7 METROS) pranchão 30x6 (7 metros) | PC | 800,00 | | |
| 98 | 24262 | PEÇA DE MADEIRA 20X6 peça de madeira 20x6 | M | 1.000,00 | | |
| 99 | 24422 | BATENTE/ PORTAL/ ADUELA/ MARCO MACICO, E= *4 CM, L= *13 CM, *60 CM A 120* CM X *220 CM, EM CEDRINHO/ batente/ portal/ aduela/ marco | UN | 30,00 | | |
| 100 | 24423 | BATENTE/ PORTAL/ ADUELA/ MARCO MACICO, E= *4* CM, L= *13* CM, *60 CM A 120* CM X *220* CM, EM PINUS/ batente/ portal/ aduela/ marco | UN | 60,00 | | |
| 101 | 24424 | BATENTE/ PORTAL/ ADUELA/ MARCO MACICO, E= *4* CM, L= *7* CM, *60 CM A 120* CM X *210* CM, EM CEDRINH batente/ portal/ aduela/ marco | UN | 30,00 | | |
| 102 | 24425 | BATENTE/ PORTAL/ ADUELA/ MARCO MACICO, E= *4* CM, L= *7* CM, *60 CM A 120* CM X *220* CM, EM PINUS/ batente/ portal/ aduela/ marco | UN | 30,00 | | |
| 103 | 24426 | BATENTE/ PORTAL/ ADUELA/MARCO MACICO, E= *4* CM, L= *15* CM, *60 CM A 120* CM X *220* CM, EM PINUS/ batente/ portal/ aduela/marco | UN | 30,00 | | |
| 104 | 24429 | BATENTE/ PORTAL/ADUELA/ MARCO MACICO, E= *4* CM, L= *15* CM, *60 CM A 120* CM X *220* CM, EM CEDRINH batente/ portal/aduela/ marco | UN | 40,00 | | |
| 105 | 21461 | CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA DE PINUS, VIROLA OU EQUIVALENTE, DE 2,2X1,6 M, E=10 MM chapa de madeira compensada de | UN | 50,00 | | |
| 106 | 21706 | CABO PARA ENXADA 1,5M CABO EM MADEIRA COM ACABAMENTO TAMBOREADO OU VERNIZ DIÂMETRO DE 38MM cabo para enxada cabo em madei | UN | 60,00 | | |
| 107 | 21707 | CABO PARA PÁ 1,5M CABO EM MADEIRA COM ACABAMENTO TAMBOREADO OU VERNIZ COM DIÂMETRO DE 38MM cabo para pá cabo em madeira c | UN | 60,00 | | |
| 108 | 20211 | CAIBRO DE MADEIRA APARELHADA 6 X 8 CM caibro de madeira aparelhada 6 | M | 1.500,00 | | |
| 109 | 20212 | CAIBRO DE MADEIRA NAO APARELHADA 5 X 6 CM caibro de madeira nao aparelha | M | 900,00 | | |
| 110 | 20214 | CAIBRO DE MADEIRA NAO APARELHADA 6 X 8 CM caibro de madeira nao aparelha | M | 700,00 | | |
| 111 | 20216 | BATENTE/PORTAL/ADUELA/MARCO, EM MDF/PVC WOOD/POLIESTIRENO OU MADEIRA LAMINADA, L = *9,0* CM COM batente/portal/aduela/marco, e | UN | 50,00 | | |
| 112 | 20901 | MADEIRA ROLICA TRATADA, EUCALIPTO OU EQUIVALENTE DA REGIAO, H = 3 M, D = 12 A 15 madeira rolica tratada, eucali | UN | 1.000,00 | | |
| 113 | 20904 | MADEIRITE 0,09X1,10X2,20 madeirite 0,09x1,10x2,20 | UN | 900,00 | | |
| 114 | 21081 | PEÇA DE MADEIRA 12X6 peça de madeira 12x6 | M | 1.000,00 | | |
| 115 | 21082 | PEÇA DE MADEIRA 14X6 peça de madeira 14x6 | M | 1.000,00 | | |

| | | | | | | |
|-----|-------|---|----|----------|--|--|
| 116 | 21084 | PEÇA DE MADEIRA 6X4 peça de madeira 6x4 | M | 1.000,00 | | |
| 117 | 21211 | RIPA DE MADEIRA APARELHADA *1,5 X 5* CM, MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO ripa de madeira aparelhada *1, | M | 1.000,00 | | |
| 118 | 21213 | RIPA DE MADEIRA NAO APARELHADA *1,5 X 5* CM, MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO ripa de madeira nao aparelhada | UN | 600,00 | | |
| 119 | 20209 | CABO PARA ENXADA 1,5M cabo para enxada cabo em madei | UN | 60,00 | | |
| 120 | 20945 | MDF 15MM BRANCO/BRANCO 2,75X1,85 mdf 15mm branco/branco 2,75x1, | UN | 100,00 | | |
| 121 | 20947 | MDF 15MM CRUA/CRUA 2,75X1,85 mdf 15mm crua/crua 2,75x1,85 | UN | 100,00 | | |
| 122 | 20948 | MDF 3MM CRUA/CRUA 2,75X1,85 mdf 3mm crua/crua 2,75x1,85 | UN | 100,00 | | |
| 123 | 20892 | MADEIRA ROLICA SEM TRATAMENTO, EUCALIPTO OU EQUIVALENTE DA REGIAO,H=3 M, D=16 A 19 CM P/ESCORAMENTO madeira rolica sem tratamento, | UN | 200,00 | | |
| 124 | 20895 | MADEIRA ROLICA SEM TRATAMENTO, EUCALIPTO OU EQUIVALENTE DA REGIAO,H=3 M,D=12 A 15 CM P/ESCORAMENTO madeira rolica sem tratamento, | UN | 200,00 | | |
| 125 | 20900 | MADEIRA ROLICA SEM TRATAMENTO, EUCALIPTO OU EQUIVALENTE DA REGIAO,H=3 M,D=8 A 11 CM P/ ESCORAMENTO madeira rolica sem tratamento, | UN | 200,00 | | |
| 126 | 20902 | MADEIRA ROLICA TRATADA, EUCALIPTO OU EQUIVALENTE DA REGIAO, H = 6 M, D = 16 A 19 madeira rolica tratada, eucali | UN | 150,00 | | |
| 127 | 26467 | MADEIRA ROLICA TRATADA, EUCALIPTO OU EQUIVALENTE DA REGIAO, H = 2,20 M, D = 12 A 15 madeira rolica tratada, eucali | UN | 200,00 | | |
| 128 | 23919 | PRANCHÃO 30X6 (5 METROS) caibro de madeira nativa/regio | M | 200,00 | | |
| 129 | 23920 | PRANCHÃO 30X6 (6 METROS) pranchão 30x6 (6 metros) | PC | 200,00 | | |
| 130 | 23922 | PRANCHÃO 30X6 (8 METROS) pranchão 30x6 (8 metros) | PC | 400,00 | | |
| 131 | 23918 | PRANCHÃO 30X6 (4 METROS) pranchão 30x6 (4 metros) | PC | 1.000,00 | | |
| 132 | 21169 | PORTA DE MADEIRA, FOLHA LEVE (NBR 15930) DE 60 X 210 CM, E=35 MM, NUCLEO COLMEIA porta de madeira, folha leve (| UN | 10,00 | | |
| 133 | 21172 | PORTA DE MADEIRA, FOLHA LEVE (NBR 15930) DE 70 X 210 CM, E =35 MM, NUCLEO COLMEIA porta de madeira, folha leve (| UN | 10,00 | | |
| 134 | 21175 | PORTA DE MADEIRA, FOLHA LEVE (NBR 15930) DE 80 X 210 CM, E=35 MM, NUCLEO COLMEIA porta de madeira, folha leve (| UN | 200,00 | | |
| 135 | 21178 | PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA DE 100X210CM, E=35MM ACABAMENTO EM LAMINADO NATURAL PARA VERNIZ porta de madeira, folha media | UN | 100,00 | | |
| 136 | 21180 | PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA DE 100X210CM, E= 35 MM ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA porta de madeira, folha media | UN | 50,00 | | |

| | | | | | | |
|--------------|-------|--|----|----------|--|--|
| 137 | 21206 | PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA DE 70X210 CM, E=35 MM ACABAMENTO EM LAMINADO NATURAL PARA VERNIZ porta de madeira, folha media | UN | 10,00 | | |
| 138 | 21206 | PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA DE 70X210 CM, E=35 MM ACABAMENTO EM LAMINADO NATURAL PARA VERNIZ porta de madeira, folha media | UN | 50,00 | | |
| 139 | 21216 | PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA DE 80X210CM, E=35 MM ACABAMENTO EM LAMINADO NATURAL PARA VERNIZ porta de madeira, folha media | UN | 50,00 | | |
| 140 | 21219 | PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA DE 80X210CM, E=35 MM ACABAMENTO LAMINADO NATURAL PARA VERNIZ porta de madeira, folha media | UN | 50,00 | | |
| 141 | 21243 | PORTA MADEIRA REGIONAL 1A VENEZIANA 80X210X3CM M2 porta madeira regional 1a vene | UN | 30,00 | | |
| 142 | 26470 | FOLHA DE PORTA/LAMINA 2,1X0,7M EM MADEIRA folha de porta/lamina 2,1x0,7m | UN | 10,00 | | |
| 143 | 26471 | FOLHA DE PORTA/LAMINA 2,1X0,8M EM MADEIRA folha de porta/lamina 2,1x0,8m | UN | 50,00 | | |
| 144 | 26473 | FOLHA DE PORTA/LAMINA 2,1X0,9M EM MADEIRA folha de porta/lamina 2,1x0,9m | UN | 50,00 | | |
| 145 | 26475 | FOLHA DE PORTA/LAMINA 2,1X1,0M EM MADEIRA folha de porta/lamina 2,1x1,0m | UN | 50,00 | | |
| 146 | 26476 | RIPAO DE MADEIRA APARELHADA *4 X 3* CM, MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO ripao de madeira aparelhada *4 | UN | 700,00 | | |
| 147 | 26477 | RIPAO DE MADEIRA NÃO APARELHADA *4 X 3* CM, MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO ripao de madeira não aparelhad | UN | 700,00 | | |
| 148 | 26478 | MADEIRA PINHO SERRADA 3 M X20 CM QUALIDADE NAO APARELHADA madeira pinho serrada 3 m x20 | M | 500,00 | | |
| 149 | 26479 | MADEIRA PINHO SERRADA 3 M X30 CM QUALIDADE NAO APARELHADA madeira pinho serrada 3 m x30 | M | 500,00 | | |
| 150 | 26521 | TELHA COLONIAL DE PVC 0.86X3,28CM ceramica | UN | 1.000,00 | | |
| TOTAL | | | | | | |

1.1.2 – Pautando pelo interesse público, quanto a qualidade e segurança na aquisição dos objetos, no que couber, os mesmos deverão conter o selo do INMETRO e, se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas, no edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto apresentado será devolvida à detentora para substituição, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

1.2 Da entrega:

1.2.1 - Os produtos solicitados deverão ser entregues no local a ser indicado em cada ordem de fornecimento, em até 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da ordem de fornecimento expedida pelo Departamento de Compras do Município de Montalvânia-MG.

1.2.2 – A licitante deverá entregar os materiais, objeto do presente instrumento, onde no que couber prazo de validade para consumo, este prazo deverá ser igual ou superior a 60% (sessenta por cento) do prazo



de validade recomendado pelo fabricante, a contar da data do recebimento, sob pena de recusa do recebimento definitivo pela Secretaria Requisitante. Ex. produto que contempla prazo para consumo de 12 (doze) meses, no ato da sua entrega o prazo mínimo para consumo será de 8 (oito) meses.

1.2.3 - Caso a contratada opte por realizar a entrega do produto com marca diferente da constante na proposta, a mesma deverá apresentar documento comprobatório anexo à nota fiscal comprovando que o objeto em questão tem qualidade igual ou superior ao da proposta, respeitando as características mínimas exigidas no edital, ficando a caráter do Município sua aceitação.

2. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

2.1 A dotação orçamentária para atendimento às despesas decorrentes dos objetos descritos acima serão suportadas pelas seguintes rubricas:

02013020.1545203271.111.4.4.90.51.00.1.00 - Praças e Jardins
02013020.1545203282.144.3.3.90.30.00.1.00 - Praças e Jardins
02013020.1648200252.149.3.3.90.30.00.1.00 - Manutenção Const/Ampl.Edif.públicas
02013020.1648200251.118.4.4.90.51.00.1.00 - Manutenção Const/Ampl.Edif.públicas
02013010.1751104472.140.3.3.90.30.00.1.00 - Departamento de água e Energia
02013010.1751104471.102.4.4.90.51.00.1.00 - Departamento de água e Energia
02010010.2781202242.087.3.3.90.30.00.1.00 - Praça de Esportes
02007010.0418101772.031.3.3.90.30.00.1.00 - Policia Militar
02007010.0418201742.032.3.3.90.30.00.1.00 - Policia Civil
02014020.2678205322.158.3.3.90.30.00.1.00 - Rodoviária
02007010.0412200212.022.3.3.90.30.00.1.00 - Secretaria de Administração (Administração)
02013020.1648200252.149.3.3.90.30.00.1.00 - Secretaria de Agricultura (Administração)
02013020.1648200251.118.4.4.90.51.00.1.00 - Secretaria de Agricultura (Administração)
02011010.1012205862.089.3.3.90.30.00.1.02 - Secretaria de Saúde (administração)
02011010.1030105802.091.3.3.90.30.00.1.02/1.59 - Atenção Primária(UBS)
02011010.1030505892.099.3.3.90.30.00.1.02/1.59 - Vigilância em Saúde
02011010.1030505871.067.4.4.90.51.00.1.02 - Vigilância em Saúde
02009010.1212200212.050.3.3.90.30.00.1.01 - Secretaria de Educação (administração)
02009010.1236101882.058.3.3.90.30.00.1.01 - Fundamental
02009010.1236101881.034.4.4.90.51.00.1.01/1.47 - Fundamental
02009020.1236501902.067.3.3.90.30.00.1.01 - Pré-escolar
02009020.1236501901.043.4.4.90.51.00.1.01 - Pré-escolar
02009020.1236501851.040.4.4.90.51.00.1.01 - Creches
02009020.1236501852.066.3.3.90.30.00.1.01 - Creches
02010010.1339202472.081.3.3.90.30.00.1.00 - Biblioteca
02012010.0824405792.120.3.3.90.30.00.1.00 - Assistência Social (administração)
02012032.0824405772.133.3.3.90.30.00.1.00/1.29 - CRAS
02012032.0824404871.154.4.4.90.51.00.1.00/1.29 - CRAS
02012010.0824405792.118.3.3.90.30.00.1.00 - Artesanato
02012010.0824405791.090.4.4.90.51.00.1.00 - Artesanato
02012031.0824405772.127.3.3.90.30.00.1.00 - Bolsa Família
02012030.0824305792.124.3.3.90.30.00.1.00 - Conselho Tutelar

02003010.0412200212.011.3.3.90.30.00.1.00 - Guarda Municipal
02014010.0412200212.156.3.3.90.30.00.1.00 - Departamento de Transportes
02013020.0412200212.141.3.3.90.30.00.1.00 - Departamento de Obras
02013020.1545203271.111.4.4.90.51.00.1.00 - Departamento de Obras
02013020.1545205751.113.4.4.90.51.00.1.00 - Departamento de Obras
02013020.1648200251.118.3.3.90.30.00.1.00 - Departamento de Obras
02013020.1648200252.149.3.3.90.30.00.1.00 - Prédio Central
02013020.1648200251.118.4.4.90.51.00.1.00 - Prédio Central
02013020.1545203262.142.3.3.90.30.00.1.00 - Cemitério
02013020.1545203261.108.4.4.90.51.00.1.00 - Cemitério
02013030.1545203252.155.3.3.90.30.00.1.00 - Limpeza Pública
02014010.2678205342.157.3.3.90.30.00.1.00 - Estradas Vicinais
02014020.2678205341.134.4.4.90.51.00.1.00 - Estradas Vicinais
02012032.0824405772.132.3.3.90.30.00.1.00/1.56 - Gestão Benefícios Eventuais: Auxí. Moradia
02012032.0824405772.132.3.3.90.32.00.1.00/1.56 - Gestão Benefícios Eventuais: Auxí. Moradia

2.2 A dotação orçamentária identificada acima, destina apenas para alimentação do sistema do SICOM e para o Exercício futuro será informada a nova rubrica orçamentária através de apostilamento em conformidade com os ditames do §º do art. 65 da Lei 8.666/93.

2.3 Conforme estabelece o art. Art. 7º, § 2º, do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, desobriga quanto a sua identificação, senão vejamos:

Art. 7º A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da [Lei nº 8.666, de 1993](#), ou na modalidade de pregão, nos termos da [Lei nº 10.520, de 2002](#), e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

(.....)

§ 2º Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

3. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – ESCLARECIMENTOS INICIAIS SOBRE SRP

3.1 O Sistema de Registro de Preços (SRP), é um conjunto de procedimentos para registro formal de preços para as futuras e eventuais contratações, perquiridas pela Administração Pública Municipal, conforme estabelecido no Art. 15 da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93 e, em observância ao disposto no Decreto Federal nº 7.892/13 e alterações dada pelo Decreto Federal nº 9.488/18, decretos estes que regulamenta os procedimentos de registro de preços e procedimentos de adesão à ata de registro de preços como caroneiro.

3.2 A existência de Registro de Preços não obriga a Administração Pública a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de procedimento específico para a contratação pretendida



em busca do interesse público decorrente de economicidade ao Erário, sendo assegurada à Adjudicatária detentora da Ata de Registro de Preços, a preferência de contratação em igualdade e condições.

3.3 Conforme prescrito no subitem anterior (3.2) a existência de preços registrados na ata não obriga a Administração Pública, a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, sendo assegurado à Adjudicatária detentora da ata de registro de preços preferência em igualdade e condições, conforme estabelece art. 15 § 4º da Lei 8.666/93.

3.4 A Ata de Registro de Preços é um instrumento vinculativo, com as condições de compromissos para a futura contratação, mantidos os preços conhecidos no desfecho do certame (fase de proposituras de lances), porém, não gera direito a Adjudicatária detentora da Ata de Registro de Preços de ver seus preços contratados pela Administração.

3.5 A Ata de Registro de Preços, poderá ser utilizada por qualquer entidade que integre a Administração Pública estadual ou municipal, mediante prévia consulta ao (Órgão Gerenciador - Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Vias Urbanas), através de instrumento formal encaminhado à Autoridade Máxima do Município, solicitando a adesão à ata de registro de preços.

3.6 Dado ao disposto no Decreto Federal nº 9.488, de 30 de agosto de 2018, que alterou o art. 22 do Decreto Federal nº 7.892/13, o órgão gerenciador, os órgãos participantes, bem como os órgãos não participantes, interessado em participar da Ata de Registro de Preços, como caroneiro, deverá observar o disposto no supracitado artigo, senão vejamos:

Art. 22 (omissis)

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

§ 3º As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes. (Alteração dada pelo Decreto nº 9.488, de 2018).

§ 4º O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem. (Alteração dada pelo Decreto nº 9.488,

de 2018).

§ 4º-A (omissis)

(...)

II - O instrumento convocatório da compra nacional preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não excederá, na totalidade, ao quántuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.7 Conforme descrito no subitem 3.5, caberá a “Adjudicatária” detentora da “Ata de Registro de Preços”, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não em contratar com o “Caroneiro”, desde que a contratação não prejudique as obrigações assumidas com o Município através do (Órgão Gerenciador - Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Vias Urbanas).

4. DA MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

4.1 Conforme estabelece art. 62 § 1º da Lei Federal nº 8.666/93, a minuta do “Contrato Administrativo” faz parte integrante do instrumento convocatório/edital, facultado a Administração na sua celebração, conforme estabelece o § 4º do supracitado dispositivo.

4.2 Conforme estabelece o art. 62 § 4º da Lei Federal nº 8.666/93, o “Contrato Administrativo” poderá ser substituído por (nota de empenho acompanhada da respectiva ordem de serviço) a critério exclusivo da Administração, independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras tais como garantia e ou assistência técnica.

5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1 Por se tratar de quantitativos estimados na ata de registro de preços, não obriga, ao Município de Montalvânia, na contratação dos quantitativos previstos na ata de registro de preços, nem tão pouco ao pagamento do valor total registrado na referida ata, mas sim o valor decorrente da aquisição dos produtos e serviços, em conformidade com as ordens de compras emitidas por funcionário do Município de Montalvânia, devidamente qualificado para o devido fim.

5.2 - O Registro de Preços deverá ser firmado sobre o menor preço unitário.

5.3 – O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão da Ata de registro de Preços, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

6. DA EMISSÃO DE NOTA FISCAL E DA SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO

6.1 A nota fiscal/fatura será emitida mediante recebimento da ordem de fornecimento em conformidade com as especificações, quantidades e preços unitários, que será emitida pelo departamento de compras, devendo ser entregue junto com os produtos, para realização do respectivo pagamento em até 30 (trinta) dias.

6.2 A Adjudicatária não poderá suspender o fornecimento, objetos desta licitação com alegações no atraso de pagamento, sob pena de incorrer nas sanções descritas no art. 87 da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93, exceto se o atraso do pagamento por parte da Administração for superior a 90 (noventa) dias conforme estabelece o art. 78, inciso XV da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93.

7. DO PAGAMENTO DAS DESPESAS

7.1 O pagamento concernente às despesas por conta do fornecimento do objeto, será efetuado pela Tesouraria do Município, através (TED) em nome da futura Adjudicatária ou futura contratada, até o 30º (trigésimo) dia a contar da data da nota fiscal, acompanhada da respectiva cópia das ordens de fornecimentos.

7.2 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento superior a 30 (trinta) dias, não justificados, provocados exclusivamente pela Administração o valor devido poderá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

7.3 Considerando que os quantitativos registrados no anexo I – termo de referência e que foi objeto da apresentação da proposta reformulada pós lances, não se obriga a administração na obrigação adquirir todos os quantitativos registrado na futura ata de registro de preços, nem tão pouco ao pagamento de todo o valor registrado na mesma, mas sim o pagamento das despesas efetivamente contraídas em face da emissão de autorização de fornecimento emitida pelo departamento de compras do Município.

8. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

8.1 Constituir servidor na qualidade de fiscal da execução da ata de registro de preços, em conformidade com o estabelecido no art. 67 da Lei 8.666/93, bem como nomear servidores para comporem a “Comissão Especial” na qualidade de fiscais para acompanhamento dos preços registrado na “Ata de Registro de



Preço” no confronto com os praticados no mercado, bem como para acompanhamento do cumprimento as obrigações por parte da Adjudicatária.

8.2 Convocar a Adjudicatária para retirar e assinar a “Ata de Registro de Preços” ou o “Contrato Administrativo” em conformidade com o prescrito no art. 64 da Lei 8.666/93, podendo esta notificação ser circunstanciada na própria ata do desfecho do julgamento do certame.

8.3 Buscando a defesa do interesse público, notificar, formalmente, à Adjudicatária detentora da “Ata de Registro de Preço” ou do eventual “Contrato Administrativo” quando constatar o declínio na qualidade dos objetos ofertados em sua proposta de preços ou quaisquer irregularidades atinentes ao atendimento das cláusulas avençadas na “Ata de Registro de Preços” ou no eventual “Contrato Administrativo”, para as devidas providencias que satisfaçam o cumprimento das avenças pactuadas entre as partes.

8.4 Constituir a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Vias Urbanas, como “Órgão Gerenciador” da Ata de Registro de Preços, mediante apoio do Departamento de Licitação.

8.5 Notificar, formalmente, à Adjudicatária detentora da Ata de Registro de Preço e/ou do Contrato Administrativo quando constatar o declínio na qualidade da prestação dos serviços ofertados em sua proposta de preços ou quaisquer irregularidades atinentes ao atendimento das cláusulas contratuais, para as devidas providencias corretiva fixando-lhe, nos termos da lei, prazo para apresentação de defesa.

8.6 Aplicar as penalidades decorrentes de descumprimento das avenças pactuadas na Ata de Registro de Preços e no futuro Contrato Administrativo em conformidade com o estabelecido no instrumento convocatório/edital e na Lei Federal nº 8.666/93.

8.7 Providenciar os devidos pagamentos através da tesouraria do Município, decorrente das despesas efetivamente contraídas, nos prazos avençados, qual seja no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data da nota fiscal devidamente empenhada e acompanhada da respectiva ordem de fornecimento.

8.8 Fiscalizar a execução do cumprimento do avençado na Ata de Registro de Preços ou no eventual Contrato Administrativo, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da Adjudicatária/Contratada pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

8.9 Sustar, no todo ou em parte, o fornecimento do objeto, bem como pagamentos sempre que a medida for considerada necessária objetivando resguardar o interesse público;

8.10 Decidir em tempo célere acerca das questões que se apresentarem durante a vigência da Ata de registro de preços e/ou contrato;

8.11 Arcar com as despesas de publicação do extrato da Ata de Registro de Preços e ou de eventuais Contratos Administrativos, bem como dos termos aditivos que venham a ser firmados.

8.12 Aplica-se nesta licitação somente a prerrogativa de supressão conforme estabelece o art. 12 do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 que regulamenta os procedimentos de registro de



preços, limitado ao percentual de até 25% conforme previsto no art. 65 § 1º da Lei 8.666/93, vedado acréscimos em observância aos ditames do art. 12 do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

9. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA ADJUDICATÁRIA

9.1 A **Adjudicatária** se obriga a fornecer os objetos em observância ao descrito, no anexo I – Termo de Referência, no anexo II – Minuta da Ata de Registro de Preços, no anexo III – Minuta do contrato administrativo e, em conformidade com a proposta de preços reformulada pós lances, bem como em observância ao teor da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93, instrumentos estes que fazem parte integrante deste instrumento convocatório/edital para todos os efeitos legais e de direito, independentemente de transcrição.

9.2 Responder, integral e exclusivamente por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza causados direta ou indiretamente, por seus empregados, representantes ou prepostos causados ao Município de Montalvânia, ou a terceiros, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou acompanhamento pelo Município Contratante.

9.3 Arcar com todos os prejuízos resultantes de ações judiciais a que o Município for compelido a responder por força da futura contratação, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios.

9.4 Cumprir os prazos previstos na Ata de Registro de Preços e ou em eventuais Contratos Administrativos ou outros que venham a ser fixados pelo Município de Montalvânia.

9.5 Dirimir qualquer dúvida e prestar esclarecimentos acerca da execução da Ata de Registro de Preços ou do Contrato Administrativo, durante toda a sua vigência, a pedido da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Vias Urbanas.

9.6 Assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização da entrega do objeto da Ata de Registro de Preços ou do Contrato Administrativo pelo servidor municipal devidamente constituído pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Vias Urbanas, durante a sua execução.

9.7 Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços ou de eventuais Contratos Administrativos, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar ao Município de Montalvânia, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a continuidade da contratação, bem como substituir os documentos com prazo de validade expirado.

9.8 Observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação pátria vigente, especialmente a indicada no Instrumento Convocatório/Edital, na Ata de Registro de Preços ou nos respectivos Contratos Administrativos e suas cláusulas, de modo a favorecer e a buscar a constante melhoria dos serviços e dos resultados obtidos, preservando o Município de Montalvânia de qualquer demanda ou reivindicação que seja de exclusiva responsabilidade da Adjudicatária/Contratada.

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: Gente que Faz
CNPJ: 17.097.791/0001-12
www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



10.1 A licitante vencedora do certame, denominada “Adjudicatária”, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta de preços, conforme estabelecido no art. 64, § 3º da Lei 8.666/93, que se recusar injustificadamente a assinar a “Ata de Registro de Preço” bem como do eventual, “Contrato Administrativo”, conforme estabelecido no art. 62, § 4º da Lei 8.666/93, ou apresentar pendências junto aos cadastros da Administração Pública, deixar de entregar documentação exigida pela Administração, ou apresentar documentação falsa, exigida no instrumento convocatório/edital, ou ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da “Ata de Registro de Preços” e ou na execução do eventual “Contrato Administrativo”, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, sujeitar-se a multa pecuniária no valor correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) a ser apurado em face do valor global da sua proposta de preços, sujeitando ainda nas demais penalidades descritas no instrumento convocatório/edital, na “Ata de Registro de Preços”, na minuta do “Contrato administrativo”, em conformidade com o que prescreve o caput do art. 64 e 86, ambos da Lei Federal de Licitação nº 8.666, de 21 de junho de 1.993.

10.2 Este termo de referencia faz parte integrante do “Instrumento Convocatório/edital, da Ata de Registro de Preço e da minuta do Contrato administrativo” para todos os efeitos legais e de direito.

Montalvânia/MG, 07 de junho de 2021.

Elivando Nonato da Silva
Pregoeiro Oficial do Município
Portaria nº. 002, de 04.01.2021

Fredson Lopes França
Prefeito Municipal



ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2021

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2021
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2021

Aos ____ () dias do mês de _____ de _____, na sala de licitações, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Avenida Confúcio nº 1.150, Centro, nesta cidade, o Exmo. Prefeito Municipal, Sr. Fredson Lopes França, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade nº 1.546.906 (SSP/GO), inscrito no CPF sob o nº. 199.576.728-00, residente e domiciliado na Rua Galileu, nº 180, Centro, Montalvânia/MG, CEP: 39.495-000, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, da Lei 10.250/02, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2021, TIPO MENOR PREÇO, por deliberação do pregoeiro oficial e equipe de apoio, e por ele homologada conforme processo nº 028/2021 RESOLVE registrar os preços para os fornecimentos de MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO, PINTURAS, REVESTIMENTOS E OUTROS”, por meio de fornecimento parcelado, diante da necessidade de consumo da Administração, para atendimento as diversas Secretarias e Departamentos deste Município, conforme descrito e especificado no quadro constante no item I – Do Objeto, beneficiário _____, inscrito no CNPJ _____, localizado na rua _____, nº ____ no bairro _____, na cidade de _____, estado de _____, neste ato representado por _____.

DA JUSTIFICATIVA: Considerando a necessidade de disponibilizar recursos para a realização de reparos, reformas, manutenção dos prédios públicos, praças de domínio público, pontes e vias públicas, bem como atender a demanda das Secretarias e Departamentos que integram a administração Municipal, justifica-se a celebração do presente instrumento para futura aquisição de MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO, PINTURAS, REVESTIMENTOS E OUTROS uma vez que os materiais são essenciais para a manutenção dos prédios públicos municipais, conforme descrito no termo de referência.

01 - DO OBJETO:

1.1. - Fornecimento de **MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO, PINTURAS, REVESTIMENTOS E OUTROS**”, por meio de fornecimento parcelado, diante da necessidade de consumo da Administração, para atendimento as diversas Secretarias e Departamentos deste Município, conforme **produtos constantes do relatório de vencedores consolidados**, extraídos do sistema, anexo à esta Ata, em que são discriminados, a apresentação de cada produto, o consumo estimado (qtde), unidade de aquisição e seus respectivos preços unitários e totais.

02 - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.

II - Nos termos do art. 15, parágrafo 4º, da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o município não será obrigado a adquirir os produtos referidos nesta ata.

III - Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações que lhe foram impostas pela Lei Federal 8.883/94, a presente Ata de Registro de Preços será, cancelada, garantidos, às suas detentoras, o contraditório e a ampla defesa.

03 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



I - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada, para aquisições do respectivo objeto, por todos os Órgãos da Administração direta e indireta do Município.

04 - DO PREÇO

I - Os preços ofertados pelas empresas signatárias da presente Ata de Registro de Preços são os constantes dos seus anexos, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 014/2021.

II - Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas as disposições da legislação pertinente, assim como as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão nº 014/2021, que integra o presente instrumento de compromisso.

III - Em cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante das propostas apresentadas, no Pregão nº 014/2021 pela empresa detentora da presente Ata, as quais também a integram.

05 - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

I - Em cada fornecimento, o prazo de entrega do produto será de 05 (cinco) dias úteis, e será contado a partir da data do recebimento da Ordem de Fornecimento.

II - O local da entrega, em cada fornecimento, será o constante da Ordem de Fornecimento.

06 - DO PAGAMENTO

I - Em todos os fornecimentos, o pagamento será feito por crédito em conta corrente na instituição bancária, ou excepcionalmente, pela Secretaria da Fazenda, em até 30 (trinta) dias, após recebimento definitivo pela unidade requisitante do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal.

II. A Nota Fiscal /Fatura Discriminativa deverá ser apresentada conforme descrito no Anexo I – Termo de referência;

III. A Prefeitura Municipal efetuará o pagamento no prazo e condições descritas no Anexo I – Termo de Referência, conforme Nota Fiscal.

IV. O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, e só será efetuado mediante comprovação de regularidade das obrigações fiscais, trabalhistas e em especial junto ao INSS, relativamente à competência imediatamente anterior àquela a que se refere a remuneração auferida;

V. Não será efetuado qualquer pagamento à detentora da ata enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade;

VI. O preço referido registrado inclui todos os custos e benefícios decorrentes da prestação dos serviços, de modo a constituírem a única e total contraprestação;

VII. O Município poderá sustar o pagamento a que a contratada tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da prestação dos serviços.

VIII - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido poderá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;



VP = Valor da parcela em atraso.

07 - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

I - As detentoras da presente Ata de Registro de Preços serão obrigadas a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrente estiver prevista para data posterior a do seu vencimento.

II – Pautando pelo interesse público, quanto a qualidade e segurança na aquisição dos objetos, e que couber, os mesmos deverão conter o selo do INMETRO e, se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas, no edital do Pregão que precedeu a presente Ata, a remessa do produto apresentado será devolvida à detentora para substituição, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

III - Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante ordem da unidade requisitante, a qual poderá ser feita por memorando, ofício, telex ou fac-símile, devendo dela constar: a data, o valor unitário do produto, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o carimbo e a assinatura do responsável.

IV - Os produtos deverão ser entregues acompanhados da nota-fiscal ou nota-fiscal fatura, conforme o caso.

V - A empresa fornecedora, quando do recebimento da Ordem de Fornecimento enviada pela unidade requisitante, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

VI - A cópia da ordem de fornecimento referida no item anterior deverá ser devolvida para a unidade requisitante, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.

VII - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços, inclusive os acréscimos de que trata o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.

VIII – Apresentar a atualização, a cada 180 dias, da Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) referida na Lei nº 12.440 de 07.07.2011.

08 - DAS PENALIDADES

8.1. - Recusando-se a vencedora a assinatura da ata sem motivo justificado, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se à multa equivalente a 10% do valor de sua proposta, sem prejuízo da aplicação da sanção administrativa de suspensão temporária do direito de licitar pelo prazo de até cinco anos.

8.2. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste instrumento, erros ou atrasos no cumprimento do mesmo, infringência do art. 71 da Lei Federal 8.666/93 e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

8.2.1. advertência;

8.2.2. multa de:

8.2.2.1. 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 10º (décimo) dia de atraso, da entrega do produto, sobre o valor da parcela, por ocorrência;

8.2.2.2. 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do valor do contrato, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias, com a conseqüente rescisão contratual, quando for o caso;

8.2.2.3. 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos:

a) inobservância do nível de qualidade dos fornecimentos;

b) transferência total ou parcial do contrato a terceiros;

c) subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal da Contratante;

d) descumprimento de cláusula contratual.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTALVÂNIA - MG

Administração: Gente que Faz

CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br

licitacao@montalvania.mg.gov.br



8.2.3. A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que o contratante promova sua reabilitação.

8.3. - O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Montalvânia, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

09 - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

I - Considerado o prazo de validade estabelecido no item I da Cláusula II, da presente Ata, é vedado qualquer reajustamento de preços, até que seja completado o período de 1(um) ano, contado a partir da data-limite para apresentação das propostas indicadas no preâmbulo do edital do Pregão nº 014/2021, o qual integra a presente Ata de Registro de Preços, ressalvados os casos de revisão de registro a que se refere o Decreto instituidor do Registro de preços.

II - Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

10 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - O objeto desta Ata de Registro de preços será recebido pela unidade requisitante consoante o disposto no art.73, II "a" e "b", da Lei Federal 8.666/93.e demais normas pertinentes.

II - A cada fornecimento serão emitidos recibos, nos termos do art. 73, II, "a" e "b", da Lei Federal 8.666/93.

11 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

Pela Administração, quando:

A - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;

B - a detentora não retirar qualquer Ordem de Fornecimento, no prazo estabelecido, e a Administração não aceitar sua justificativa;

C - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério da Administração;

D - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pela Administração;

E - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

F - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

G - a comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços;

*no caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no órgão encarregado das publicações oficiais do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da Administração, quando comprovada



a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94.

A - a solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deveria ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula VIII, caso não aceitas as razões do pedido.

12 - DA AUTORIZAÇÃO PARA FORNECIMENTO

I - As aquisições do objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, caso a caso, pelo Secretario requisitante.

13 - DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

I - Fica a servidora Sr^a. Diele Pereira Santos, portadora do CPF nº 104.189.646-88, designado pelo Decreto nº 20, de 01 de fevereiro de 2021, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução da presente ata de registro de preços conforme dispõe o Artigo 67 da Lei nº 8.666/93, e atualizações posteriores.

II - A fiscalização de que trata o item anterior não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou em decorrência de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de serviços inadequado ou de qualidade inferior, inexistindo em qualquer circunstância, a co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, conforme prevê o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

III - O Contratante se reserva ao direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços e/ou produtos, se considerados em desacordo com os termos do presente instrumento.

14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - Integram esta Ata, o edital do Pregão nº 014/2021 e as propostas das empresas classificadas no certame supra-numerado.

II - Fica eleito o foro desta Comarca de Montalvânia-MG para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

III - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, Lei 10.520/02 e demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito.

Montalvânia/MG,de de 2021.

Fredson Lopes França
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

Nome>>>|
Empresa>>
CONTRATADA

Testemunhas:

1..... 2.....



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: Gente que Faz
CNPJ: 17.097.791/0001-12
www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2021

O **MUNICÍPIO DE MONTALVÂNIA**, inscrito no CNPJ Nº 17.097.791/0001-12, com sede na Avenida Confúcio, nº 1.150 – Centro nesta cidade, a seguir denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Fredson Lopes França, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade nº 1.546.906 (SSP/GO), inscrito no CPF sob o nº. 199.576.728-00, residente e domiciliado na Rua Galileu, nº 180, Centro, Montalvânia/MG, CEP: 39.495-000, e a empresa _____, CNPJ Nº....., com sede na a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, resolvem firmar o presente contrato para o fornecimento de **MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO, PINTURAS, REVESTIMENTOS E OUTROS**”, por meio de fornecimento parcelado, diante da necessidade de consumo da Administração, para atendimento as diversas Secretarias e Departamentos deste Município, conforme descrito e especificado no quadro constante da Cláusula Primeira, em conformidade com o Processo Licitatório nº 028/2021, na modalidade Pregão presencial nº 014/2021, sob a regência das Leis Federais n.ºs 10.520/02 e 8.666/93, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DA JUSTIFICATIVA: Considerando a necessidade de disponibilizar recursos para a realização de reparos, reformas, manutenção dos prédios públicos, praças de domínio público, pontes e vias públicas, bem como atender a demanda das Secretarias e Departamentos que integram a administração Municipal, justifica-se a celebração do presente instrumento para futura aquisição de **MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO, PINTURAS, REVESTIMENTOS E OUTROS** uma vez que os materiais são essenciais para a manutenção dos prédios públicos municipais, conforme descrito no termo de referência.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. - Contratação de empresa para o fornecimento de **MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO, PINTURAS, REVESTIMENTOS E OUTROS**”, por meio de fornecimento parcelado, diante da necessidade de consumo da Administração, para atendimento as diversas Secretarias e Departamentos deste Município, conforme produtos constantes do relatório de vencedores consolidados, extraídos do sistema, anexo à este Contrato, em que são discriminados, a apresentação de cada produto, o consumo estimado (qtde), unidade de aquisição e seus respectivos preços unitários e totais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1.- O contratante pagará a contratada, o valor de R\$_____

2.2. – O valor a ser pago, será apurado através das requisições emitidas e devidamente atendidas pela Contratada.

2.3. - O pagamento será realizado até 30 (trinta) dias do recebimento definitivo do produto, mediante apresentação das respectivas Notas Fiscais/Faturas.

2.4 - O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades, e só será efetuado mediante comprovação de regularidade das obrigações fiscais, trabalhistas e em especial



junto ao INSS, relativamente à competência imediatamente anterior àquela a que se refere a remuneração auferida.

2.5.- Não será efetuado qualquer pagamento a **CONTRATADA** enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

2.6 - O preço referido no item 2.1, incluem todos os custos e benefícios decorrentes do fornecimento do produto, de modo a constituírem a única e total contraprestação pela execução do contrato.

2.7 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será de 10 (dez) dias úteis contados a partir da regularização dos mesmos e sua reapresentação.

2.8 - O Município poderá sustar o pagamento a que a contratada tenha direito, enquanto não sanados os defeitos, vícios ou incorreções resultantes da contratação e/ou não recolhimento de multa aplicada.

2.9 - Os pagamentos efetuados à **CONTRATADA** não a isentarão de suas obrigações e responsabilidades vinculadas à execução do contrato, especialmente aquelas relacionadas com a qualidade.

2.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento não justificados, provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido poderá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

3.1 A Contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento), de acordo com o que preceitua o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.

3.2. – Aplica-se no presente contrato os procedimentos de realinhamento de preços, objetivando equilíbrio econômico financeiro, nos termos do disposto no art. 65, inciso II, alínea “d” da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORNECIMENTO

4.1. – Os produtos serão entregues em até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da ordem de fornecimento, no local a ser indicado em cada ordem de fornecimento, emitida pelo setor de compras.



4.2. - Por motivo de força maior, a entrega poderá ser realizada, mediante autorização e aviso prévio, em outro local.

4.3. - O recebimento dos produtos, será efetuado por servidor devidamente credenciado por cada Secretaria Requisitante, após a verificação da quantidade e qualidade dos mesmos e conseqüente aceitação, obrigando o licitante vencedor a reparar, corrigir, substituir, remover às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da contratação em que se verifiquem defeitos ou incorreções.

4.4. - Na ocorrência de atrasos na entrega, o **CONTRATANTE** poderá aplicar as penalidades previstas neste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. - São obrigações das partes:

I – DO CONTRATANTE:

a) Notificar a **CONTRATADA** através da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, fixando-lhe prazo para corrigir irregularidades observadas no fornecimento dos produtos.

b) Expedir, através da Secretaria Requisitante, atestado de inspeção do fornecimento, que servirá de instrumento de avaliação do cumprimento das obrigações contratuais e do pagamento devido.

c) Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, na forma convencionada, dentro do prazo previsto, desde que atendidas as formalidades necessárias;

d) Proceder às advertências, multas e demais cominações legais pelo descumprimento dos termos deste contrato;

II – DA CONTRATADA:

a) Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento do produto, tais como: salários, seguros de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vales-refeição, vales-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

b) Promover o fornecimento, responsabilizando-se pela qualidade dos produtos.

c) Substituir, de imediato, às suas expensas, o objeto do contrato que não se adequar às especificações constantes deste contrato.

d) Responder pelos danos causados diretamente ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante o fornecimento do produto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE**.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: Gente que Faz
CNPJ: 17.097.791/0001-12
www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



e) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-la na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**.

f) A **CONTRATADA** obriga-se a manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato.

g) A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem nas quantidades no material objeto da presente licitação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, conforme estabelecido no § 1º do artigo 65.

h) Apresentar a atualização, a cada 180 dias, da Certidão Negativa de Débito Trabalhista (CNDT) referida na Lei nº 12.440 de 07.07.2011.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. - As despesas decorrentes desta contratação correrá pelas seguintes dotações orçamentárias:

02013020.1545203271.111.4.4.90.51.00.1.00 - Praças e Jardins
02013020.1545203282.144.3.3.90.30.00.1.00 - Praças e Jardins
02013020.1648200252.149.3.3.90.30.00.1.00 - Manutenção Const/Ampl.Edif.públicas
02013020.1648200251.118.4.4.90.51.00.1.00 - Manutenção Const/Ampl.Edif.públicas
02013010.1751104472.140.3.3.90.30.00.1.00 - Departamento de água e Energia
02013010.1751104471.102.4.4.90.51.00.1.00 - Departamento de água e Energia
02010010.2781202242.087.3.3.90.30.00.1.00 - Praça de Esportes
02007010.0418101772.031.3.3.90.30.00.1.00 - Polícia Militar
02007010.0418201742.032.3.3.90.30.00.1.00 - Polícia Civil
02014020.2678205322.158.3.3.90.30.00.1.00 - Rodoviária
02007010.0412200212.022.3.3.90.30.00.1.00 - Secretaria de Administração (Administração)
02013020.1648200252.149.3.3.90.30.00.1.00 - Secretaria de Agricultura (Administração)
02013020.1648200251.118.4.4.90.51.00.1.00 - Secretaria de Agricultura (Administração)
02011010.1012205862.089.3.3.90.30.00.1.02 - Secretaria de Saúde (administração)
02011010.1030105802.091.3.3.90.30.00.1.02/1.59 - Atenção Primária(UBS)
02011010.1030505892.099.3.3.90.30.00.1.02/1.59 - Vigilância em Saúde
02011010.1030505871.067.4.4.90.51.00.1.02 - Vigilância em Saúde
02009010.1212200212.050.3.3.90.30.00.1.01 - Secretaria de Educação (administração)
02009010.1236101882.058.3.3.90.30.00.1.01 - Fundamental
02009010.1236101881.034.4.4.90.51.00.1.01/1.47 - Fundamental
02009020.1236501902.067.3.3.90.30.00.1.01 - Pré-escolar
02009020.1236501901.043.4.4.90.51.00.1.01 - Pré-escolar
02009020.1236501851.040.4.4.90.51.00.1.01 - Creches
02009020.1236501852.066.3.3.90.30.00.1.01 - Creches
02010010.1339202472.081.3.3.90.30.00.1.00 - Biblioteca
02012010.0824405792.120.3.3.90.30.00.1.00 - Assistência Social (administração)



02012032.0824405772.133.3.3.90.30.00.1.00/1.29 - CRAS
02012032.0824404871.154.4.4.90.51.00.1.00/1.29 - CRAS
02012010.0824405792.118.3.3.90.30.00.1.00 - Artesanato
02012010.0824405791.090.4.4.90.51.00.1.00 - Artesanato
02012031.0824405772.127.3.3.90.30.00.1.00 - Bolsa Família
02012030.0824305792.124.3.3.90.30.00.1.00 - Conselho Tutelar
02003010.0412200212.011.3.3.90.30.00.1.00 - Guarda Municipal
02014010.0412200212.156.3.3.90.30.00.1.00 - Departamento de Transportes
02013020.0412200212.141.3.3.90.30.00.1.00 - Departamento de Obras
02013020.1545203271.111.4.4.90.51.00.1.00 - Departamento de Obras
02013020.1545205751.113.4.4.90.51.00.1.00 - Departamento de Obras
02013020.1648200251.118.3.3.90.30.00.1.00 - Departamento de Obras
02013020.1648200252.149.3.3.90.30.00.1.00 - Prédio Central
02013020.1648200251.118.4.4.90.51.00.1.00 - Prédio Central
02013020.1545203262.142.3.3.90.30.00.1.00 - Cemitério
02013020.1545203261.108.4.4.90.51.00.1.00 - Cemitério
02013030.1545203252.155.3.3.90.30.00.1.00 - Limpeza Pública
02014010.2678205342.157.3.3.90.30.00.1.00 - Estradas Vicinais
02014020.2678205341.134.4.4.90.51.00.1.00 - Estradas Vicinais
02012032.0824405772.132.3.3.90.30.00.1.00/1.56 - Gestão Benefícios Eventuais: Auxí. Moradia
02012032.0824405772.132.3.3.90.32.00.1.00/1.56 - Gestão Benefícios Eventuais: Auxí. Moradia

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1. - A duração do presente Contrato fica adstrita a vigência dos respectivos créditos orçamentários, nos termos do caput do Artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93, ou seja, até ___/___/___, contado da data de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1. - A CONTRATANTE poderá rescindir o Contrato, independente de interpelação judicial ou extrajudicial e de qualquer indenização, nos seguintes casos:

- a) O não cumprimento ou o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações ou prazos, por parte da CONTRATADA;
- b) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da CONTRATADA;
- c) O conhecimento de infrações à Legislação Trabalhista por parte da CONTRATADA;
- d) Razões de interesse público ou na ocorrência das hipóteses do art. 78 do Estatuto das Licitações;
- e) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.



CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas no contrato, erros ou atrasos no cumprimento do contrato, infringência do art. 71 da Lei Federal 8.666/93 e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

9.1.1. advertência;

9.1.2. multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o 10º (décimo) dia de atraso, da entrega do produto, sobre o valor da parcela, por ocorrência;

9.1.3. multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo do valor do contrato, no caso de atraso superior a 10 (dez) dias, com a consequente rescisão contratual, quando for o caso;

9.1.4 - multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos:

- a) inobservância do nível de qualidade dos produtos/serviços fornecidos;
- b) transferência total ou parcial do contrato a terceiros;
- c) subcontratação no todo ou em parte do objeto sem prévia autorização formal da Contratante;
- d) descumprimento de cláusula contratual.

9.2. - A licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que o contratante promova sua reabilitação.

9.4. - O valor das multas aplicadas deverá ser pago por meio de guia própria ao Município de Montalvânia-MG, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da sua aplicação ou poderá ser descontado dos pagamentos das faturas devidas pelo Município, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 Fica a servidora Srª. Diele Pereira Santos, portadora do CPF nº 104.189.646-88, designado pelo Decreto nº 20, de 01 de fevereiro de 2021, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato conforme dispõe o Artigo 67 da Lei nº 8.666/93, e atualizações posteriores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: Gente que Faz
CNPJ: 17.097.791/0001-12
www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



10.2 A fiscalização de que trata o item anterior não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ou em decorrência de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de serviços inadequado ou de qualidade inferior, inexistindo em qualquer circunstância, a co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, conforme prevê o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

10.3 O Contratante se reserva ao direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços e/ou produtos, se considerados em desacordo com os termos do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

11.1. - O extrato do presente contrato será publicado no órgão de divulgação oficial do Município, que é o quadro de avisos afixado no hall da Prefeitura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. - Fica eleito o foro da comarca de Montalvânia-MG, para solucionar quaisquer dúvidas quanto à execução do presente contrato.

E, por estarem justas, as partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Montalvânia/MG,de de 2021.

Fredson Lopes França
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

Nome>>>|
Empresa>>
CONTRATADA

Testemunhas:

1..... 2.....



ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DOS DITAMES DO INSTRUMENTO CONVOCATORIO/EDITAL E SEUS ANEXOS

PROCESSO LICITATORIO Nº 028/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2021

À

Prefeitura Municipal de Montalvânia
Att. Pregoeiro Oficial do Município
MONTALVÂNIA-MG

DECLARAÇÃO

Para efeito da licitação em epigrafe, o signatário da presente declaração, abaixo assinado, em nome da empresa (..... qualificar.....), e em conformidade com o disposto no art. 4º, inciso VII da Lei Federal nº: 10.520/02 para todos os fins legais e necessários, **"Declara"** que:

- Tomou conhecimento e concorda com todas as condições estabelecida no instrumento convocatório/edital e seus anexos, objeto do Processo Licitatório nº 028/2021 – Modalidade Pregão Presencial nº. 014/2021, e em decorrência disto, às exigências da Lei Federal 10.520/02 e da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, dentre elas a superveniência da não existência de fato impeditivo quanto a participação no certame até a presente data, bem como devemos declará-los caso venha a ocorrer durante a execução do Contrato;
- para efeito do cumprimento ao estabelecido no inciso VII do art. 4º da Lei Federal 10.520/02, sob as penalidades cabíveis cumpre plenamente aos requisitos de habilitação e que toda "Documentação/habilitação", apresentada são de nossa autoria e responsabilidade e que nos preços apresentados em nossa "Proposta Comercial" estão inclusos todas as obrigações financeiras dentre elas encargos sociais e trabalhistas, bem como os demais constantes do referido instrumento licitatório e seus anexos, considerando que os objetos serão entregues in loco (sede do Município);
- sob pena de ação penal que nenhum dirigente, gerente ou sócio, responsável técnico, membro do corpo técnico ou administrativo da declarante, pertence ao quadro temporário ou permanente da Prefeitura Municipal de Montalvânia;
- renuncia a qualquer indenização ou compensação, a qualquer título ou pretexto, em decorrência da participação desta empresa na supramencionada licitação;
- não obstante, declara ainda sob pena da lei que não foi considerada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública nas esferas Municipais, Estaduais e/ou Federal.

Por ser a expressão da verdade, assinamos a presente para um só efeito.

Local/Data ;...../...../.....

.....
Nome do signatário
CPF nº: >>>

OBSERVAÇÃO: ESSA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER ENTREGUE AO PREGOEIRO, PELO INTERESSADO OU SEU REPRESENTANTE, **FORA DO ENVELOPE**, NA ABERTURA DA SESSÃO.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: Gente que Faz
CNPJ: 17.097.791/0001-12
www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



**ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO
FEDERAL**

PROCESSO LICITATORIO Nº 028/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2021

À
Prefeitura Municipal de Montalvânia
Att. Pregoeiro Oficial do Município
MONTALVÂNIA-MG

DECLARAÇÃO

A empresa (qualificar), por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº....., “Declara” para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Local/data.....dede

(Assinatura representante legal)

Observações: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima, devendo esta declaração ser anexada junto com a documentação de habilitação (envelope nº 02).



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: Gente que Faz
CNPJ: 17.097.791/0001-12
www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE FATO SUPERVENIENTE

PROCESSO LICITATORIO Nº 028/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2021

À
Prefeitura Municipal de Montalvânia
Att. Pregoeiro Oficial do Município
MONTALVÂNIA-MG

DECLARAÇÃO

A Empresa.....(qualificar), inscrita no CNPJ sob o nº:....., neste ato representada pelo Sr..... (qualificar), em cumprimento ao § 2º do Art. 32 da Lei 8.666/93, declara para os devidos fins que não existe superveniência de fato impeditivo para habilitação no Processo Licitatório nº 028/2021 – Modalidade Pregão Presencial nº 014/2021.

Pôr ser a expressão da verdade firmo a presente declaração em uma via e para um só efeito.

Local/Data,..... de..... de.....

Assinatura do Declarante

Observações: Esta declaração deverá ser anexada junto com a documentação de habilitação. (envelope nº 02).



ANEXO VII – MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

PROCESSO LICITATORIO Nº 028/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2021

À
Prefeitura Municipal de Montalvânia
Att. Pregoeiro Oficial do Município
MONTALVÂNIA-MG

Mediante o presente, credenciamos o (a) Sr.(a), portador (a) da Cédula de Identidade nº e CPF nº, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Montalvânia-MG, na modalidade Pregão Presencial, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa, CNPJ nº, bem como formular propostas, dar lances verbais e praticar todos os demais atos inerentes ao certame, inclusive assinar contratos.

..... de de

Assinatura do Dirigente da Empresa

QUEM ASSINAR DEVE OBSERVAR O SEGUINTE:

1. Este credenciamento deverá vir acompanhado, obrigatoriamente, do estatuto ou contrato social da empresa, caso o reconhecimento de firma vier como pessoa física.
2. Se o reconhecimento da firma do dirigente da empresa for como pessoa jurídica, não há necessidade da apresentação do estatuto ou contrato social.
3. Se o credenciamento for efetuado mediante apresentação de procuração por instrumento público, não é necessária a apresentação do estatuto ou contrato social da empresa.
4. Se o credenciamento for efetuado mediante apresentação de procuração por instrumento particular, é necessária, obrigatoriamente, a apresentação do estatuto ou contrato social da empresa, se o reconhecimento de firma for pessoa física. Se o reconhecimento de firma for como pessoa jurídica, não é necessária a apresentação daqueles documentos da empresa.
5. Caso o contrato social ou estatuto determine que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento ou a procuração, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTALVÂNIA - MG

Administração: Gente que Faz

CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br

licitacao@montalvania.mg.gov.br



ANEXO VIII - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL DE PREÇOS

Local/Data.....de..... de

À Prefeitura Municipal de Montalvânia
Att. Pregoeiro Oficial do Município
MONTALVÂNIA-MG

Prezados Senhores,

A Empresa.....(qualificar)....., através do seu procurador Sr.....(qualificar)..... declara que esta ciente dos ditames do instrumento convocatório e seus anexos, inerente ao Processo Licitatório nº 028/2021 – Pregão Presencial nº 014/2021 e, não obstante vem mui respeitosamente, apresentar minha proposta comercial de preços por conta do fornecimento dos produtos, conforme descrito no quadro abaixo:

| Item | Código | Especificação | Unid. | Quant. | Marca/Modelo | Valor Unitário | Valor Total |
|-------|--------|---------------|-------|--------|--------------|----------------|-------------|
| 1 | | | | | | | |
| 2 | | | | | | | |
| TOTAL | | | | | | | |

OBS.:

- A licitante deverá obrigatoriamente informar em sua proposta de preço a marca do produto.
- no preço proposto, que constituirá a única e completa remuneração, deverão ser computados o lucro e todos os custos, inclusive impostos diretos e indiretos, obrigações tributárias, trabalhistas e previdenciárias, bem como quaisquer outras obrigações inerentes ao fornecimento do objeto, não sendo admitidos pleitos de acréscimos a qualquer título.
- Objetivando celeridade no desfecho do processo licitatório as proponentes licitantes deverão apresentar suas propostas de preços impressas devidamente assinadas e apresentar ainda as propostas em arquivo digital em um CD/RW OU PENDRIVE, O manual para utilizar e baixar o aplicativo colhedor de proposta segue anexo ao Edital e no corpo do email que será enviado, devendo ser seguido rigorosamente suas instruções.**

VALOR DA PROPOSTA: (expresso em algarismos e por extenso): R\$ _____
(_____)

VALIDADE DA PROPOSTA: Não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite prevista para entrega das propostas, conforme art. 64, § da Lei Federal nº 8.666/93;



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTALVÂNIA - MG
Administração: Gente que Faz
CNPJ: 17.097.791/0001-12
www.montalvania.mg.gov.br
licitacao@montalvania.mg.gov.br



PRAZO DE ENTREGA: ____ (____) dias a contar do recebimento da ordem de fornecimento expedida pela (o) _____.

DECLARO:

01 - que estou de acordo com todas as normas deste Edital e seus anexos.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do Representante Legal do Licitante

Nome: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTALVÂNIA - MG

Administração: Gente que Faz

CNPJ: 17.097.791/0001-12

www.montalvania.mg.gov.br

licitacao@montalvania.mg.gov.br



AVISO DE LICITAÇÃO

O **MUNICÍPIO DE MONTALVÂNIA**, Estado de Minas Gerais, através do Pregoeiro Oficial do Município em cumprimento ao disposto no art. 21 da Lei nº 8.666/93, torna público que fará realizar Licitação na forma que segue:

PROCESSO LICITATORIO Nº 028/2021

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2021

SINTESE DO OBJETO: Seleção da proposta mais vantajosa para **Registro de Preços**, conforme estabelecido no art. 15 da Lei Federal de Licitação nº 8.666/93, para futura e eventual “aquisição de MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO, PINTURAS, REVESTIMENTOS E OUTROS”, por meio de fornecimento parcelado, diante da necessidade de consumo da Administração, para atendimento as diversas Secretarias e Departamentos deste Município, conforme descrito e especificado no Termo de Referência – Anexo I.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Preço Unitário

ENTREGA DE ENVELOPES: Até o dia 21/06/2021 até às 08h00min

SESSÃO DE JULGAMENTO: No dia 21/06/2021 às 08h00min

Edital publicado no site oficial do Município www.montalvania.mg.gov.br e para informações, sobre o instrumento convocatório/edital e anexos, poderão ser obtidas através do email licitacao@montalvania.mg.gov.br, licitar.montalvania@hotmail.com ou diretamente na sede do Município, Avenida Confúcio, nº 1.150 – Centro – Montalvânia-MG durante o expediente normal da sede administrativa do Município.

Montalvânia/MG, 07 de junho de 2021.

Elivando Nonato da Silva
Pregoeiro Oficial do Município
Portaria nº. 002, de 04.01.2021